

CADERNOS DA CONCERTAÇÃO | VOLUME 11

BIOECONOMIA INDÍGENA FEMININA DA AMAZÔNIA

VOZES DAS GERAÇÕES



ORGANIZADO POR:



Uma
CONCERTAÇÃO
pela Amazônia

ARTE: DAIARA TUKANO

CADERNOS DA CONCERTAÇÃO | VOLUME 11

BIOECONOMIA INDÍGENA FEMININA DA AMAZÔNIA

VOZES DAS GERAÇÕES

ORGANIZADO POR:



Uma
CONCERTAÇÃO
pela Amazônia

B6152

Bioeconomia indígena feminina da Amazônia: vozes das gerações / organizado por Uma Concertação pela Amazônia. – São Paulo: Uma Concertação pela Amazônia, 2025. 95 p.; il. – (Cadernos da Concertação, 11)

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-987976-2-1

1. Bioeconomia. 2. Povos Indígenas. 3. Ciência Indígena. 4. Mulheres. 5. Amazônia. 6. Economia Criativa. I. Título. II. Uma Concertação pela Amazônia.

CDU 57.08(811.3=1-82)

Bibliotecária: Tatiane de Oliveira Dias – CRB1/2230

Como citar:

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA (Org.). *Bioeconomia indígena feminina da Amazônia: vozes das gerações*. São Paulo: Uma Concertação pela Amazônia, 2025. (Cadernos da Concertação, 11).

Bioeconomia indígena feminina da Amazônia: vozes das gerações

Coordenação geral

Fernanda Rennó
Georgia Jordão
Livia Pagotto

Coordenação de conteúdo

Braulina Baniwa

Produção Executiva

Joana Braga

Autoria

Braulina Baniwa
Marciely Tupari
Maria Leonice Tupari
Sandiely Sateré Mawé
Regina Sateré Mawé
Ayla Tapajós
Marcilene Guajajara
Beka Munduruku
Alessandra Munduruku
Maria Julia Yawanawá

Apoio técnico

Maria Eliana José
Beatriz Aurora

Edição

Ariene Susui

Pesquisa bibliográfica

Alcineide Piratapuya

Leitura crítica

Georgia Jordão - Doutora em Política e Gestão da Sustentabilidade, responsável pela frente de Conhecimento da Uma Concertação pela Amazônia

Bia Saldanha- Economista e integrante do núcleo de governança da Uma Concertação pela Amazônia
André Baniwa - Empreendedor social, escritor, político, gestor ambiental, mestrando profissional em sustentabilidade na UnB e consultor em Medicinas Indígenas na Secretaria de Saúde Indígena no Ministério da Saúde

Clayton Peron - Sociológica Projetos e Soluções Socioambientais Ltda

Eric Macedo - Doutor em Antropologia e pesquisador do FGVces

Curadoria artística

Fernanda Rennó

Obra artística

Daiara Tukano

Diagramação

Bruna Foltran

Capa

"A grande avó do universo" (Pintura de Daiara Tukano, nanquim sobre papel, 2023)

Ficha catalográfica

Tatiane Dias



Secretaria executiva

Livia Pagotto

Núcleo de Governança

Andrea Azevedo
Ane Alencar
Angela Pinhati
Atila Denys
Beto Veríssimo
Bia Saldanha
Carolina Genin
Denis Minev
Eduardo Neves
Fernanda Rennó
Guilherme Leal
Ilona Szabó
Izabella Teixeira
Joanna Martins
Marcela Bonfim
Marcello Brito
Marcelo Furtado

Marcelo Thomé

Maria Netto
Mônica Sodré
Rachel Biderman
Renata Piazzon
Roberto Waack
Rosana Vazoller
Ruy Tone
Samela Sateré Mawé
Teresa Bracher
Vanda Witoto

Grupos de Trabalho

GT Bioeconomia
GT Educação
GT Juventudes
GT Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária
GT Saúde
GT Segurança e Direitos Humanos

Equipe

Comunicação

Letícia Diniz

Conhecimento

Georgia Jordão
Livia Pagotto

Cultura

Fernanda Rennó

Gestão

Paula Sleiman

Produção executiva

Joana Braga

As autoras



AUTORA

Braulina Baniwa

POVO
Baniwa

TERRA INDÍGENA
Alto Rio Negro

ESTADO
Amazonas

Braulina Baniwa é Cientista Indígena da Amazônia, mestra e doutoranda em Antropologia Social pela UnB - Universidade de Brasília.



AUTORA

Alessandra Munduruku

POVO
Munduruku

TERRA INDÍGENA
Sawré Muybu

ESTADO
Pará

É idealizadora da Associação e Diretora e coordenadora da Associação Pariri do Povo Munduruku. Ativista, mãe e liderança, nascida e criada na aldeia Praia do índio no estado do Pará, mãe de dois filhos, estudante de direito na Universidade Federal do Estado do Pará - Ufopa, defensora de direitos humanos e do bioma amazônico.



3.

AUTORA

Beka Munduruku

POVO
Munduruku

TERRA INDÍGENA
Sawré Muybu

ESTADO
Pará

Voz da juventude indígena pela Amazônia. Cineasta do coletivo Daje Kapap Eypi, ativista de direitos humanos e ambientais e estudante de Comunicação organizacional na universidade de Brasília.



4.

AUTORA

Marciely Tupari

POVO
Tupari

TERRA INDÍGENA
Rio Branco

ESTADO
Rondônia

Uma das porta-vozes mais potentes pelas mulheres da Amazônia Brasileira, é mãe e liderança indígena que defende os direitos indígenas e direitos ambientais/territoriais, tendo como pauta principal a demarcação dos territórios indígenas da Amazônia. Uma das principais vozes da juventude indígena pela Amazônia, Coordenadora da maior organização da Amazônia Brasileira, a COIAB, rompendo a tradicionalidade de ser a mais jovem a assumir a liderança como mulher. Atua como vice-coordenadora do Movimento da juventude Indígenas de Rondônia e compõem a ANMIGA como mulher semente do bioma Amazônia.



5.

AUTORA

Ayla Tapajós

POVO
Tapajó e Arapium

TERRA INDÍGENA
Dos Encantados

ESTADO
Pará

Ayla Samila Ferreira Tapajós, indígena Tapajó e Arapiun, membro da Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós, jornalista, mestranda em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília e em Sociologia pela Universidade de Évora (Portugal). Pesquisadora da Articulação Brasileira dos Povos Indígenas (APIB) no Projeto “Justiça de Transição para Povos Indígenas”.



6.

AUTORA

Sandiely Sateré-Mawé

POVO
Sateré-Mawé

TERRA INDÍGENA
Andirá-Marau

ESTADO
Amazonas

Graduanda no curso de Administração pela UEA, compõem a rede de comunicadoras indígenas na APIB e na ANMIGA, pela AMISM.



AUTORA

Regina Sateré-Mawé

POVO

Sateré-Mawé

TERRA INDÍGENA

Andirá-Marau

ESTADO

Amazonas

Mãe, avó, artesã, filha e neta de uma geração de lideranças mulheres e artesãs, liderança feminina e coordenadora-geral das mulheres indígenas da associação AMISM.



AUTORA

Leonice Tupari

POVO

Tupari

TERRA INDÍGENA

Sete de Setembro

ESTADO

Rondônia

Mãe, avó, gestora Ambiental indígena, coordenadora executiva da AGIR e coordenadora de gestão do TECÊ. Mulher terra da ANMIGA como co-fundadora pelo bioma Amazônia.



AUTORA

Marcilene Guajajara

POVO

Guajajara

TERRA INDÍGENA

Caru

ESTADO

Maranhão

Coordenadora Executiva da coordenação das organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima), é agente indígena de saúde na comunidade Maçaranduba. Graduada em Licenciatura Intercultural Ciências da Natureza. Coordena rede de mulheres indígenas no estado do Maranhão com projeto medicina e parteiras indígenas.



AUTORA

Maria Júlia Yawanawá

POVO

Yawanawá

TERRA INDÍGENA

Rio Gregório

ESTADO

Acre

Maria Júlia Luiza Kenemani Yawanawá é uma mulher indígena de 14 irmãs, filha de grande liderança do seu povo. Desde seus 14 anos é professora indígena bilíngue, artesã e coordenadora local do Projeto FARM + Rautihu.

Sumário

Apresentação	10
<i>Braulina Baniwa</i>	
1. COIAB e a Bioeconomia: Saberes, Protagonismos e Desafios	24
<i>Marciely Tupari</i>	
2. Experiência das mulheres Indígena das artes TECÊ e discussão da Bioeconomia	35
<i>Leonice Tupari</i>	
3. A produção das mulheres Sateré Mawé	43
<i>Sandiely Sateré Mawé</i>	
<i>Regina Sateré Mawé</i>	
4. Bioeconomia e economia criativa - através de arte e cultura - experiência Suraras do Tapajós	51
<i>Ayla Tapajós</i>	
5. Experiência sobre a medicina das mulheres Guajajara	57
<i>Marcilene Guajajara</i>	
6. Sem floresta e sem demarcação não tem Bioeconomia para as Munduruku	68
<i>Beka Munduruku</i>	
<i>Alessandra Munduruku</i>	
7. A experiência das mulheres Yawanawá	78
<i>Maria Julia Yawanawá</i>	
Caminhos da Bioeconomia entre as mulheres indígenas da Amazônia	91
<i>Braulina Baniwa</i>	
Notas	94
Referências Bibliográficas	95

Principais Mensagens

A demarcação é a primeira política da bioeconomia. Sem território garantido, não há floresta, não há ciência, não há futuro;

Somos as guardiãs das ciências da floresta. Nossa bioeconomia nasce no território e está no corpo-território, das mãos que plantam, colhem, tecem, curam e sustentam a vida em movimento;

A floresta é a nossa universidade. É nela que aprendemos, transmitimos e renovamos as ciências ancestrais que alimentam o futuro da Amazônia;

Exigimos que nossas ciências sejam reconhecidas como conhecimento legítimo. O que chamam de inovação, nós praticamos há milênios em nossos modos de viver, curar e produzir;

Não falamos de uma economia, mas de muitas economias. Cada povo, cada mulher, carrega sua própria forma de gerar vida, valor e equilíbrio, e está na economia do cuidado coletivo.

Reafirmamos nossa autonomia sobre o tempo e o modo de produzir. A pressa do mercado não pode ditar o ritmo das florestas nem o tempo das nossas mãos

Propomos uma economia de justiça e reciprocidade. Que o valor dos nossos produtos reflita a dignidade das nossas vidas, do nosso território e do nosso tempo;

Queremos acesso direto e desburocratizado aos recursos da bioeconomia. Nossos coletivos e organizações têm direito à gestão dos fundos que afetam nossos povos e territórios;

Não queremos ser convidadas para o debate, queremos estar no centro dele. A bioeconomia precisa ouvir nossas vozes, nossos saberes e nossas propostas;

Exigimos ser parte das decisões, não apenas das narrativas. A bioeconomia precisa ser feita com as mulheres indígenas, e não sobre elas.

Apresentação

Quando os povos indígenas lutam pela demarcação do seu território, na verdade eles estão lutando pelo direito de existir, não de sobreviver. Porque, para sobreviver, basta um pedacinho de terra. O indígena vê a terra como um conjunto de relações. O que seria, para as pessoas, ter muita terra, para o indígena é dar sentido para o estar no mundo. Terra, para a gente, é parte da gente. O indígena olha para a terra não como um objeto a ser negociado, mas como algo que faz parte de si. Faz parte da sua própria existência (MUNDURUKU, 2018).

Nos últimos anos, temos vivenciado com entusiasmo um processo de mudança nas relações entre pesquisadores e pesquisadoras da academia e os povos indígenas da Amazônia, uma dinâmica que também se reflete em outros estados do país.

No caso da Amazônia, a educação escolar indígena e acesso ao ensino superior é uma via que vem transformando o espaço de visibilidade das identidades e gerando protagonismo na produção de conhecimento das ciências indígenas e valorização identitária cultural de forma singular, mesmo com todos os problemas enfrentados no acesso às políticas públicas de educação no país, em especial no campo financeiro de pesquisa científica dentro dos territórios para pesquisadores indígenas.

O acesso de indígenas ao ensino superior aumentou nos últimos 20 anos, tendo como efeito positivo a apresentação de suas próprias narrativas a partir de territórios. Essas narrativas passaram assim a ser apropriadas e ressignificadas pelos povos indígenas, que ocuparam um espaço de escrita antes não acessado. Eram sempre os outros, escrita externa sobre os povos e mulheres indígenas.

Por isso, este caderno demarca um processo de luta pela visibilidade e protagonismo das ciências das mulheres e suas tecnologias sociais indígenas da Amazônia, que carrega o título de **“Bioeconomia Indígena Feminina da Amazônia: Vozes das Gerações”**. Este caderno reflete um esforço coletivo e colaborativo para visibilizar às ciências das mulheres indígenas da Amazônia, especialmente suas tecnologias sociais e práticas relacionadas à bioeconomia.

Diferentemente dos formatos tradicionais de uma pesquisa, o caderno busca apresentar as narrativas coletivas nas falas das mulheres, traduzir o conceito de bioeconomia de uma maneira que faz sentido para as realidades a partir de seus

territórios e destacar que, sem a demarcação de terras, essa educação e ciência poderão não mais existir.

A narrativa desse trabalho aborda a questão do território e a economia existente nele, entendendo-o não apenas como um espaço físico, mas também como um corpo-território em movimento e transformação, onde as mulheres indígenas podem compartilhar suas ciências, aprender novas habilidades e se fortalecer mutuamente.

“O protagonismo das mulheres indígenas da Amazônia está presente no aprender, no fazer e na gestão milenar de ciência que perpassa com a manutenção das tecnologias sociais, que podemos ver através das artes” Braulina Baniwa

A construção dessa parceria com a Uma Concertação pela Amazônia é um desafio para uma estudante indígena, pois trata-se de ocupar a narrativa escrita em coautorias com minhas parentas. Por isso, esse processo passou por uma metodologia criativa de diálogo e escuta com as mulheres.

Este trabalho guarda ainda certo pioneirismo em produzir narrativas através da transcrição de áudios das mulheres indígenas convidadas, algumas estudantes da UnB, e todas filhas e netas de mulheres indígenas e dos povos que residem na Amazônia brasileira.

Para realizar esse processo com as minhas parentas, revisei metodologias sugeridas por nós, eu e meu parente Francisco Apurinã, em um trabalho que desenvolvemos juntos na publicação Nova Economia da Amazônia (NOBRE ET AL., 2023). Naquele momento, buscamos traduzir e aplicar uma metodologia de escuta e explicação a partir de um conceito que não é da nossa realidade. Essa metodologia foi construída coletivamente e experimentada durante o Acampamento Terra Livre em 2021, o ATL, como parte do processo de escuta que integrou a escrita do estudo.

O método, à primeira vista, remete a meios de se comunicar com o outro através das mais diversas formas, envolvendo a partilha de informações entre dois ou mais interlocutores num processo sociocultural que permite criar, analisar e interpretar diferentes mensagens enviadas e recebidas, por meio de linguagem oral ou escrita ou, ainda, por gestos, expressões corporais, sinais, grafismos, entre outros.

Sem falar que a comunicação é, para além de diálogos entre humanos, um alcance a patamares transcendentais em que pessoas, animais, plantas, rios, agências

espirituais coexistem em plena sinergia de sociabilidade, respeito e alteridade. Pelo menos, é nesse aspecto que os povos indígenas convivem no mesmo espaço e com outros seres vivos, pois são parte importante no processo de formação.

E esse trabalho partiu da combinação de diferentes técnicas e ciências para apresentar uma narrativa de vozes inéditas sobre a sociobioeconomia indígena da Amazônia, buscando compreender as relações sociais, culturais, econômicas e ambientais envolvidas nas suas produções e práticas de suas artes, medicinas e suas narrativas milenares. Ele também tem o objetivo de apresentar ao mundo outra visão sobre a economia e produções indígenas, mostrando que as mulheres têm uma economia da floresta em pé mais adequada aos desafios deste século, conforme suas realidades e seus entendimentos.

Em suma, o caderno documenta a luta pela autonomia, visibilidade, sustentabilidade e resiliência das mulheres indígenas da Amazônia. Ao mesmo tempo que narra os desafios ao reconhecimento e valorização de seus saberes, produtos e práticas, nos apresenta e nos mostra, a partir do relato de seus trabalhos, que, por anos, essas economias ficaram de fora da definição de “Bioeconomia”.

Bioeconomia: Uma Visão Externa

A bioeconomia pode ser compreendida como o conjunto de atividades que utilizam recursos biológicos para gerar bens e serviços, a partir de três perspectivas complementares: a biotecnológica, que se concentra na aplicação de biotecnologia para desenvolver e comercializar novos produtos; a de biorrecursos, voltada ao uso e processamento de biomassa como alternativa a matérias-primas fósseis; e a bioecológica, que prioriza a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, especialmente em territórios como a Amazônia (LOPES; CHIAVARI, 2023).

Conforme as definições mais recentes adotadas pelo governo federal, a bioeconomia é entendida como um modelo produtivo orientado pelo uso eficiente, sustentável e regenerativo dos recursos biológicos, priorizando a conservação da biodiversidade e a oferta de soluções ambientais. Nesse sentido, deixa de focar apenas na substituição de matérias-primas fósseis e passa a abranger processos, produtos e serviços que promovam bem-estar social, geração de trabalho e renda, inclusão e equilíbrio climático, com base em conhecimentos científicos e tradicionais (BRASIL, 2024).

Ainda que se trate de uma definição abstrata, já se denota a intenção de não restringir o termo a um objetivo estreito como a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, sob o risco de promover ações que gerem impactos, ainda que não intencionais, prejudiciais ao bem-estar da sociedade.

Um exemplo disso é a expansão do agronegócio sobre os limites dos territórios indígenas, fazendo com que animais fujam, peixes morram e nascentes de rios sequem.

E quando somos lembrados? É quando somos direcionados a ser povos que protegem as florestas e que precisam ser responsabilizados a dar resposta sobre a crise ou justiça climática do mundo. Nos últimos anos, somos nós, os povos indígenas, que protegemos 60% das florestas e que colaboramos com a respiração saudável no mundo.

“Os protetores das florestas são ainda invisibilizados nas suas práticas e na valorização da sua economia, que envolve ciências no mundo indígena. São mais de 180 ciências diferentes na Amazônia” Braulina Baniwa

Não existe apenas uma ciência, existem várias ciências; por isso, não podemos cair na ingenuidade de dizer que conhecemos povos indígenas se falamos apenas com um povo, uma pessoa do povo e de um certo território. Existem muitas realidades.

A Presença Invisível das Mulheres na literatura científica

A narrativa dos não indígenas sobre os trabalhos dos povos indígenas, e em especial sobre as mulheres indígenas, confere-lhes menos importância e não considera os valores agregados à cultura e à territorialidade. Essas discussões sempre nos pegaram no meio do caminho, nos apresentando conceitos que não dialogam com as nossas realidades territoriais e sem memória da história dos nossos povos.

Essas mulheres vêm enfrentando grandes desafios, para além de combater o silenciamento histórico imposto sobre elas pelos não indígenas, sobre seus trabalhos e produção de suas artes para acessar a economia não indígena. Mas elas têm se esforçado para romper com esse silêncio, colocando seus produtos no mercado e se disponibilizando para aprender.

No Brasil, os povos indígenas foram historicamente considerados incapazes de produzir conhecimento, uma visão que hoje reconhecemos como expressão de racismo institucional. Essa perspectiva desconsidera as ciências milenares dos nossos mais velhos, guardiões e guardiãs de saberes diversos, diferentes das ciências produzidas em laboratórios.

A partir das reflexões e experiências compartilhadas com mulheres indígenas de diferentes povos, idades e estados, propomos o diálogo com um conceito que ganhou destaque em 2018, formulado a partir das perspectivas dos povos indígenas e aprofundado em minha pesquisa conjunta com o parente Francisco Apurinã. Esse conceito também encontra eco no estudo *Nova Economia da Amazônia* (NOBRE ET AL., 2023), que, ao propor caminhos para uma economia livre de desmatamento, reconhece a urgência de incluir saberes tradicionais e modos de vida indígenas no debate sobre bioeconomia e justiça ambiental.

Metodologia de caminhos para construção do caderno - O remar das ideias nos rios com as mulheres indígenas

Na era da discussão do protagonismo dos amazônidas no desenho de rotas de desenvolvimento positivas para as pessoas, para a floresta e para a economia, ser convidada a construir essa narrativa escrita me deixou muito feliz. A princípio, a ideia era ir aos territórios e estar frente à frente com as mulheres indígenas para esse diálogo, antes de apresentar aos leitores.

Mas, ao longo da caminhada de 2024, retomei meus estudos presenciais no doutorado e fiquei sem condições de viajar. Então, a construção dessas narrativas aconteceu a partir de entrevistas feitas por compartilhamento de áudios, que posteriormente foram transcritas por mim, Braulina Baniwa, por Maria Eliana José e pela minha filha Beatriz Aurora, e ainda contei com a pesquisa de referência de textos para as mulheres entrevistadas, feita por Alcineide Piratapuya.

O texto completo contou com a revisão de uma jornalista indígena da Amazônia, do estado de Roraima, a Ariene Susui, do povo Wapichana, que somou no fortalecimento de protagonismo indígena nessa produção feminina.

Nesta primeira parte, gostaria de compartilhar com vocês os primeiros diálogos com as mulheres indígenas convidadas para realizar esse sonho, idealizado desde 2022 e concretizado em parceria com a Uma Concertação pela Amazônia em 2024.

O processo de apresentar a Bioeconomia Indígena pelo olhar e vozes das mulheres indígenas foi dado no compartilhamento de informações e diálogo, com a confiabilidade entre eu e elas via rede social WhatsApp. Alguns convites foram feitos de forma presencial, assim como as entrevistas.

O aceite do convite por uma liderança é uma resposta à honestidade, ao trabalho dedicado e ao respeito construído no âmbito profissional entre as parentas. Além disso, a circulação do nome entre as mulheres reforça a importância do diálogo, da irmandade e do respeito mútuo entre indígenas da academia e as lideranças femininas presentes nas organizações indígenas da Amazônia.

O diálogo, então, começa por mensagem como esta: **“Parentas e manas, lembrem que comentei que precisaria do apoio de vocês para construir um livro sobre a Bioeconomia Indígena? Não posso fazer isso sem vocês.”** Esse foi o primeiro contato. Todas aceitaram de primeira, mas as agendas delas foram deixando para frente os nossos encontros.

Para a continuidade deste trabalho, a saída foi convidar as estudantes de graduação e pós-graduação que são do coletivo da UnB — Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília (AAIUnB) — e são mulheres, netas e filhas da Amazônia, para me ajudar na concretização desse sonho de apresentar a narrativa de mulheres por mulheres e o que consideramos economia dentro dos nossos territórios.

Então, esse processo também traz o desafio de colocar as jovens mulheres para realizar entrevistas e construir um texto narrativo colaborativo comigo. Todas aceitaram, e passaremos a conhecer esse processo através dos textos deste caderno.

Trazar essa discussão no processo de escuta das mulheres indígenas envolve o tempo e a economia do tempo no fazer delas.

Mas é um processo histórico que marca o protagonismo das vozes das mulheres, que sempre ficaram de fora das pautas. Portanto, é após anos de silêncio e discriminação que as mulheres indígenas se mostram sujeitas que envolvem e produzem sua economia do seu jeito, partindo do lugar: o que é economia e como consideramos essa economia para além de dinheiro, mas para o bem-estar social e o tempo com as pessoas com as quais se trabalha. A discussão traz a visão de diferentes pessoas, idades e povos da Amazônia.

E é nesse espírito coletivo de fazer juntas que me levou a construir junto às con-

vidadas mulheres indígenas e pessoas pesquisadoras da temática, que trabalham com elas, o ponto de vista das mulheres indígenas nos textos sobre o entendimento de bioeconomia, do trabalho e sobre como a lógica de mercado impacta a vida social delas, das comunidades e dos povos envolvidos nas produções.

Considerando a discussão de mudanças climáticas e como esse fenômeno afeta a produção e a bioeconomia dessas mulheres da Amazônia na atualidade, me desafiei a escutar as mulheres e meninas para desenharmos a importância de não fugirmos dessa temática, mas que deve ser construída de forma que nos garanta a nossa participação direta nas pautas, seja ela nos territórios ou para a construção de políticas públicas.

As vozes de gerações sobre esse tema nos permitem ouvir as mães e suas filhas, que são jovens atuantes na defesa dos direitos coletivos dos povos indígenas, mas que são netas e filhas das mulheres que trabalham com outras mulheres nos seus estados e seus territórios. Por isso, a sugestão de nomes do caderno traz essa ideia de intergeracionalidade.

A coleção de textos se abre e se constrói com imagens da artista plástica Daiara Tukano, uma mulher indígena da Amazônia, a quem somos muito gratos por expressar os conceitos e as vivências desse processo numa imagem tão potente.

E apresento a vocês a construção dessa narrativa de vozes geracionais de mulheres da Amazônia Brasileira, que carrega ciências milenares, que percorrem rios, igarapés, florestas, árvores, na arte de fazer, na arte de ensinar. Ao longo deste caderno, aprenderemos com o conjunto de textos e áudios transcritos.



“YAWIRÓ” (PINTURA DE DAIARA TUKANO, NANQUIM SOBRE PAPEL, 2023).

Daiara Tukano

Peneirando a Massa da Mandioca: Proposta dos Capítulos

A narrativa se inicia com a voz de Marciely Tupari, que muito me honra por ser uma parceira e liderança jovem. No primeiro capítulo, ela aborda o contexto histórico de como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB tem defendido essa pauta da “Bioeconomia para Mulheres Indígenas da Amazônia” nos espaços institucionais e em diferentes lugares/territórios. Então, iniciamos essa coletânea com o texto “Como a COIAB tem discutido essa pauta na agenda de atividades em 2024: Bioeconomia Indígena Feminina na Amazônia”.

Na sua fala, ela aborda que não existe essa discussão e financiamento para mulheres indígenas sem antes lutar pela demarcação de todas as terras. Ao mesmo tempo, nos leva a conhecer o desafio da precificação de produtos indígenas, construída no diálogo e na logística enfrentada pelas mulheres no seu território, para que os mesmos cheguem ao mercado para venda. E nos leva a conhecer como os povos da Amazônia se desafiaram a construir um fundo indígena para atender à demanda dos povos e mulheres indígenas.

No segundo texto, vamos aprender e mergulhar no fazer das mulheres indígenas do estado de Rondônia, e como enfrentam o impacto das mudanças climáticas, relacionadas à produção de suas artes.

Para esse bate-papo, sugeri o seguinte tema para Leonice Tupari: “Como as Mulheres de Rondônia dos povos Tupari, Suruí e outras, discutem a Bioeconomia, trazendo o exemplo prático da produção de artes do TECÊ”. E essa discussão é feita através da narrativa de voz da liderança feminina que é idealizadora da organização das mulheres indígenas de Rondônia, e uma das cofundadoras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – ANMIGA. Leonice coordena uma rede de mulheres artesãs do povo Tupari, Suruí, Uru-Eu-Wau-Wau, entre outros no seu estado, e compartilhará os desafios enfrentados como coordenadora geral da AGIR – Articulação das Guerreiras Indígenas de Rondônia, bem como as estratégias para a continuidade da luta junto às mulheres.

Seguindo com o espírito de gerações e novas vozes de lideranças no campo da economia e sociobioeconomia na Amazônia, o terceiro texto traz as vozes de mãe e filha. Para essa narrativa, fiz convite a Sandiely para entrevistar sua mãe, Regina Sateré Mawé, e ela responder perguntas sobre os trabalhos realizados pela Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé – AMISM. Para elas, sugeri o tema: “Como conside-

ram a Bioeconomia no contexto de seu povo e de suas práticas, além de percepções de como as mudanças climáticas afetam a produção das Mulheres Sateré Mawé?”, nos trazendo suas vozes ao entendimento do que é bioeconomia.

Quando estamos em encontros não indígenas, em espaços fora da nossa Amazônia, gostamos de dizer que não existe uma Amazônia, e sim várias Amazônias. Por isso, para mostrar como a Amazônia é diversa e contemporânea, apresento o quarto texto, que mostra que não vivemos apenas da tradicionalidade de produzir artes e disputar espaço no mercado através de produtos, mas aprendemos a sobreviver no mundo colonizado por não indígenas. Nós, mulheres indígenas, ocupamos diferentes lugares produzindo conhecimentos e ciência. Por isso, neste texto, teremos a jornalista indígena Ayla Tapajós, filha do rio Arapiuns, no bate-papo com um grupo de mulheres artistas indígenas do “Grupo Suraras”, de Santarém do Pará. E para esse bate-papo sugeri o tema: “Relação entre Bioeconomia e Economia Criativa”, sobre como defensoras de direitos culturais na Amazônia têm construído esse espaço sólido como grupo cultural.

E a nossa Amazônia profunda é uma mulher viva. A Amazônia é o coração de uma mulher que recepciona pessoas de tantos estados e países, cura pessoas que a visitam. Defendemos que é fundamental a preservação da sociobiodiversidade e a importância das mulheres indígenas nesse processo.

A relação entre as mulheres e a Amazônia é central para sua continuidade, e é essencial destacar como elas, ao longo das gerações, têm mantido vivas as ciências tradicionais e os conhecimentos ancestrais, principalmente na área da medicina indígena, que também é uma economia de cuidado ancestral, partilhada de forma intergeracional entre as mulheres há milênios.

Se não tivermos saúde de qualidade, não temos como produzir a nossa economia ou acessar a economia nos nossos territórios. A nossa medicina indígena é uma ciência manuseada na sua maioria por mulheres mais velhas. E existem medicina de cuidado para serem bons mestres em determinadas atividades.

Para entendemos melhor a importância da medicina no corpo-território das mulheres, convidei para o quinto texto a Marcilene Guajajara, coordenadora executiva da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão - COAPIMA, para compartilhar conosco como as mulheres Guajajara têm mantido uma ciência do seu povo, sabendo que elas têm um papel crucial nesse cuidado, sendo responsáveis pela transmissão do conhecimento sobre plantas medicinais, rituais de cura e práticas de cuidados com o corpo e com o território.

Elas são as guardiãs dessa ciência e conhecimento e, com isso, atuam como figuras centrais na resistência ao avanço das ameaças externas, como o desmatamento, a mineração e as mudanças climáticas.

Um dos desafios incluídos no seu texto, que se refere a divisão dos recursos recebidos, é particularmente importante.

“ A economia indígena não se resume a uma lógica de exploração, mas sim a um modelo de partilha coletiva e cuidado.”

Marcilene Guajajara

Quando falamos de políticas de acesso à economia, é necessário que haja uma justiça econômica que reconheça o valor da ciência indígena, da preservação do meio ambiente e do trabalho das mulheres na manutenção desses sistemas. Infelizmente, muitas vezes esses processos são marginalizados ou explorados sem que as comunidades indígenas, especialmente as mulheres, tenham uma participação nos benefícios gerados.

Portanto, o trabalho das mulheres Guajajara e de outras mulheres indígenas não é apenas uma questão de resistência, mas de resiliência e cuidado. Elas, ao mesmo tempo, estão combatendo os impactos da exploração econômica e reafirmando a importância dos saberes ancestrais para as futuras gerações.

Garantir que essas mulheres tenham espaço para compartilhar seus conhecimentos e que possam usufruir dos benefícios comerciais de suas descobertas é essencial para o fortalecimento das comunidades indígenas e a preservação da Amazônia como um todo.

Esse é um trabalho que precisa ser reconhecido e apoiado, tanto dentro das próprias comunidades quanto no cenário nacional e global, para que as ciências indígenas e os modos de vida originários possam prosperar e manter as formas de transmissão de ciência às próximas gerações.

A economia baseada no tempo de fazer, de aprender e alimentar conhecimento e corpo, através da arte de cuidar, com a medicina indígena, é assim apresentada neste quinto texto, em que Marcilene Guajajaras presenteia com a partilha sobre seu trabalho coletivo com as mulheres no estado do Maranhão.

Ouvir as mulheres no contexto da “Bioeconomia” é extremamente relevante e urgente, pois não aborda apenas a resistência de preservar ciências de forma histó-

rica. É urgente reconhecer e fortalecer métodos científicos ancestrais dos povos indígenas diante da evidente violação de seus direitos, mas também visibilizar questões históricas conectadas ao tema, que envolvem a luta pela demarcação de territórios e o fortalecimento de outros espaços de autonomia das mulheres indígenas, a exemplo das universidades.

É essencial destacar que, apesar de muitas vitórias, como a constitucionalização do direito à demarcação de territórios, e o direito à saúde, à cultura e à educação, essa realidade não é universal para todos os povos da Amazônia. A luta pela demarcação e autodemarcação segue como um dos maiores desafios enfrentados por muitas comunidades, e é aqui que vozes das mulheres, como as de Beka e Alessandra Munduruku, tornam-se ainda mais fundamentais. Elas não são apenas defensoras de seus territórios, mas também protagonistas de um movimento de resistência que busca garantir a continuidade de suas culturas, suas ciências e práticas de cuidado com a terra.

Por isso, no sexto texto, apresento uma das vozes mais importantes da minha geração como mulher indígena da Amazônia. É uma honra contar com a voz da Alessandra Munduruku nesse trabalho, que é uma referência na luta contra os impactos da mineração, que afeta diretamente a vida e a economia das mulheres Munduruku. A mineração, com seus desastres ambientais, o envenenamento dos rios e a destruição das florestas, impacta as produções das mulheres, que dependem da natureza para o sustento de suas famílias e comunidades. As mulheres que desempenham historicamente papéis centrais na produção, no manejo de plantas medicinais e na preservação da cultura, são as que mais sofrem com a gestão ambiental provocada por essas atividades econômicas extrativistas.

Além disso, o debate sobre a bioeconomia, especialmente no contexto das mulheres indígenas, é crucial para encontrar soluções e inspirar rotas que respeitem os direitos dos povos e, ao mesmo tempo, promovam um modelo econômico sustentável, que mantenha a floresta em pé.

A bioeconomia, quando pensada a partir da perspectiva indígena, não se limita a uma exploração do meio ambiente, mas sim a uma relação equilibrada de convivência, proteção e preservação, com uma valorização das ciências indígenas e um cuidado coletivo pela terra.

O que Alessandra e Beka Munduruku compartilham sobre como manter a floresta em pé é um chamado para a reflexão sobre a forma como as políticas públicas

e as práticas econômicas precisam ser alinhadas com a preservação ambiental e com o respeito à autonomia dos povos indígenas. Para as mulheres indígenas Munduruku, garantir que suas vozes sejam ouvidas no debate sobre a bioeconomia e as políticas de desenvolvimento sustentável é um passo importante na busca pela manutenção do equilíbrio ecológico e pelo fortalecimento de suas comunidades.

Essas vozes, essas experiências são cruciais para que possamos entender que a preservação da floresta não é apenas uma questão ambiental, mas também uma questão de justiça social, de direitos humanos e de reconhecimento da centralidade das mulheres indígenas na defesa dos territórios e da biodiversidade.

A luta pela demarcação de territórios, pela autodemarcação, e pela proteção das mulheres indígenas e suas produções deve ser, sem dúvida, uma prioridade nas discussões sobre o futuro da Amazônia e de todo o Brasil. A resistência dessas mulheres é um exemplo de como é possível manter a floresta em pé, respeitando os direitos das comunidades e promovendo a justiça social.

E não poderia fechar esse dossiê sem contar com a narrativa maravilhosa da Júlia Yawanawá do estado do Acre, que nos honra compartilhando sua experiência com o tema “ economia ancestral e ciência indígena”, que dá espaço e alimenta a esperança ao demonstrar que existem formas de acessar economia, valorizando nossas ciências. O sétimo texto é um presente para honrar as narrativas das mulheres nesse trabalho.

Um dos pontos importantes a destacar na construção desse trabalho coletivo é que, em alguns momentos da escrita, é possível observar que nem sempre as mulheres deixaram claro seus processos criativos, tampouco detalharam a construção dos artesanatos, bebidas, cantos, rituais ou outros. Isso se deve ao cuidado com esses conhecimentos. Alguns são externos, enquanto outros são internos, podendo ser partilhados apenas entre os seus.

A bioeconomia é conceito de fora, mas nos aproveitamos dela para visibilizar que a ciência das mulheres são presentes vivos e seguirão existindo no caminho das roças, na colheita de sementes, nos colares, nos cestos e no olhar atento de quem conhece essas ciências, suas práticas e suas produções.

É por essas mãos que movimentam corpos-territórios com suas ciências e defendem a Amazônia com suas histórias que narram a riqueza de uma arte indígena, que é ancestral, viva e potente, e não apenas artesanato.

Gostaria de encerrar esta apresentação dizendo “*Matsia*”¹ e expressando minha profunda gratidão e alegria por ter conseguido compartilhar e apresentar este trabalho às minhas parentas e ao mundo. Para minha alegria e satisfação, esse trabalho é inovador que envolveu direto e indiretamente mulheres de diferentes formações na tentativa de aproximar a ciência indígena da escrita para produção de conhecimento e narrativas. Foi por meio das vozes de outras irmãs do Bioma Amazônia que esta conexão se fortaleceu na realização deste trabalho e sua continuidade no campo da pesquisa e nos próprios territórios.

Agradeço à Concertação pela paciência e pelas contribuições recebidas ao longo desta jornada. E por contar com mulheres inspiradoras para os próximos passos, afirmando nossa presença nos temas debatidos, protagonizando com nossas vozes e demarcando espaço na ciência da escrita com as nossas ciências indígenas.

Vamos entrar na roça conosco e conhecer os rios e florestas que as mulheres defendem! Boa leitura!

COIAB E A BIOECONOMIA: SABERES, PROTAGONISMOS E DESAFIOS

Marciely Tupari

Marciely Tupari é pertencente ao povo Tupari, da Terra Indígena Rio Branco, estado de Rondônia. Atua como vice-coordenadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, mulher semente da ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) e coordenadora-secretária da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), a maior organização indígena do bioma amazônico.

Desde muito jovem, Marciely participa ativamente dos debates sobre os direitos indígenas, acompanhando sua mãe e fortalecendo as lutas do seu povo. É a partir dessa trajetória que conversamos com a jovem liderança, com o intuito de compreender suas visões sobre a bioeconomia a partir do seu território e de sua atuação na COIAB.

Antes de mergulharmos no diálogo, apresento a vocês o que é a COIAB. Trata-se de uma Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, criada para defender os direitos coletivos das organizações indígenas. A COIAB atua em nove estados da Amazônia brasileira.

Fundada em 19 de abril de 1989, a COIAB tem atuado há mais de 30 anos em prol dos direitos dos povos indígenas da Amazônia brasileira. Seu objetivo é que os povos indígenas atuem por si mesmos, por isso defende a importância do Nós por nós!². Sua missão é promover a articulação política e o fortalecimento das organizações indígenas que compõem a rede por toda a Amazônia brasileira. A COIAB atua pela demarcação das terras tradicionais, pela garantia dos nossos direitos, por uma saúde de qualidade e educação diferenciada digna. Desenvolve e fomenta ações que fortalecem a diversidade cultural dos nossos povos e também a nossa sustentabilidade.

Figura 1
Território e rede de atuação da COIAB.

Fonte: COIAB, 2025.



Em 2021, no encontro realizado em Belém, a COIAB assinou a Carta da Amazônia 2021 (Coiab, 2021), defendendo uma sociobioeconomia “alinhada com a ciência e a tecnologia para melhorar a coleta dos produtos florestais e da pesca, que permitam processar, armazenar e comercializar os produtos da sociobiodiversidade respeitando os nossos modos de vida”, opondo-se a “processos de inovação que resultem em pacotes tecnológicos e sistemas de produção de altos insumos, difundidos para substituir a floresta nativa por monocultivo de variedades geneticamente uniformes”.

Para esse primeiro texto de abertura temos a transcrição de um bate-papo de áudio com a jovem líder, que nos apresenta os desafios desse tema no âmbito da agenda da maior instituição da Amazônia Brasileira, onde tem presenciado como as mulheres indígenas na Amazônia enfrentam os desafios e o entendimento do que é Bioeconomia para suas realidades territoriais.

Conforme as nossas tradições de parentes, só damos passos à frente e fazemos o nosso trabalho de entrevista se a pessoa aceitar responder. Marciely prontamente disse sim a esse projeto, que nasceu no encontro de discussão da nova economia para a Amazônia em 2022 em Belém. Então agora apresento a transcrição do áudio dessa liderança, que segue com as perguntas orientadoras.

1. O que é Bioeconomia Indígena para você?
2. Quando começou a compreender a economia nas comunidades? Conte-nos a sua relação com o tema
3. Você acha que os produtos indígenas têm espaço na agenda do movimento indígena na Amazônia?
4. Dentro das atividades da COIAB desenvolvidas com as mulheres, como essa agenda da Bioeconomia tem sido discutida?
5. Você acredita que as mulheres são guardiãs desse processo de economia milenar que é diferente da economia da morte que é Agro?

Para Marciely Tupari, a Bioeconomia é um conceito que vem mudando ao longo dos anos.

– *Conforme eu venho amadurecendo, meu pensamento também vem, porque antes, quando eu escutava sobre bioeconomia, principalmente quando eu estava dentro do território, eu achava que era apenas uma forma de ter dinheiro, digamos assim, de recurso financeiro. E, com o passar do tempo, eu fui observando e vendo que era muito além disso. Para nós, os povos indígenas, a bioeconomia vai muito além do recurso financeiro e acho que também mexe muito com a questão da nossa cultura e da nossa ciência. Principalmente quando a gente fala da questão voltada para as mulheres.*

– *A bioeconomia é uma área que eu sempre acompanhei muito, que trata da questão do artesanato junto com as mulheres indígenas, tanto dentro do meu território quanto no meu estado. E hoje eu fico muito acompanhando também um pouco isso em outros espaços que eu venho ocupando no movimento indígena e nas mesas de discussão, como representante e porta-voz em diferentes lugares, seja no Brasil e fora do Brasil.*

– *Em outros lugares, observo muito as mulheres, muitas vezes, quando elas escutam esse conceito da bioeconomia, às vezes elas não sabem o que é, mas é algo que elas convivem, mas com nome diferente. Até sabem o que é. Mas a palavra meio que não identifica muitas mulheres indígenas, né? É diferente do que fazemos dentro dos territórios.*

– *Principalmente as que estão lá nos territórios fazendo sua economia, e não essa que é falada. Elas não conhecem. E hoje usamos muito no nosso dia a dia, usamos a economia no nosso tempo também.*

Marciely Tupari

E logo pergunto a ela como ela descreve:

– **O termo é economia indígena, né?** *Porque junta tudo, né? A gente sabe que tem pessoas que mexem com a questão do artesanato, não só o homem, mas as mulheres. Sabemos que tem a questão da produção. E tem várias formas de produção, desde a questão da agricultura familiar, que produzem e eles também usam como uma forma de troca, não só dentro do território, mas também eles podem estar levando pra fora para vender.*

– *E tem também a questão da economia que vem da floresta, que mexe mais com a produção de açaí, patauí, castanha e babaçu. Esses produtos envolvem a economia que é dentro das florestas, que não é nós que fomos lá e plantamos, que é diferente dos nossos roçados.*

– *E tem também agora essa questão da economia dos outros, que algumas pessoas já estão buscando trazer de fora para dentro do território, como é a questão da produção de café e outros produtos manuseados nos territórios indígenas. No meu estado, por exemplo, também é uma coisa muito forte.*

– *Mas entendo também que esse conceito de bioeconomia, no nosso entendimento, é algo que é feito dentro do chão da aldeia, dentro dos territórios. Principalmente quando a gente fala voltada na questão indígena. Mas eu sempre coloco que é uma pauta que ainda a gente vai amadurecendo ao longo dos próximos anos. Hoje eu posso dizer, a partir do meu entendimento, que são duas coisas diferentes para nós, enquanto povos indígenas: entender que economia é só sobre economia (recurso financeiro) ou que economia é o que vem do território, que está presente no dia a dia, na economia do tempo e nas demarcações de territórios. Mas futuramente eu já posso estar mudando meu pensamento em relação a isso, pois o entendimento vai mudando conforme vamos amadurecendo ideias e sobre o conceito.*

Marciely Tupari

E como é que tem visto essa pauta dentro do movimento? Ela é uma pauta importante, assim como o debate da mudança climática? Ou não?

– Não. Eu percebo que esta pauta hoje, dentro do movimento indígena, só tomou mais força por conta de que estão sendo debatidas questões climáticas. Porque quando a gente vem falar sobre a alternativa para barrar a questão das mudanças climáticas, de levar uma alternativa aos parentes, por exemplo, não mexerem com ilegalidade; aí a gente fala sobre a questão da bioeconomia. Eu fico às vezes vendo isso com muita preocupação por conta disso. Será que, se não estivessem falando sobre as questões climáticas hoje, as pessoas teriam esse olhar para os territórios, para falar sobre a alternativa econômica para os parentes dentro do território? E a gente percebe que isso ainda é ausente nos discursos, e falar em alguns espaços ainda é um desafio, porque, que nem eu falei, as pessoas pensam ainda na bioeconomia muito só voltada ao dinheiro, e a gente sabe que ela vai muito além disso também.

Marciely Tupari

Em 2022, foi lançado o estudo “Nova Economia da Amazônia” (NOBRE ET AL., 2023), que apresenta a riqueza e o potencial da floresta em pé. O trabalho é resultado de um processo colaborativo desenvolvido pelo WRI Brasil, em parceria com 76 especialistas de instituições científicas de diversas regiões do país. O estudo demonstra que manter a floresta em pé não representa uma ameaça ao desenvolvimento, pelo contrário, constitui uma oportunidade de crescimento qualificado, inclusivo e sustentável para a Amazônia.

E, para esse estudo, nós, pesquisadores indígenas, fizemos campo no Acampamento Terra Livre, ouvindo parentes sobre o conceito e os desafios de produtos indígenas em diferentes estados da Amazônia, pois é uma questão que nos preocupa. Como não considerar o que nós, povos indígenas, entendemos como economia no debate da bioeconomia?

Por isso, a continuidade desse trabalho tem a ver com ouvir e escutar como as representações, nossos representantes institucionais, levam esse debate para dentro e fora dos territórios. E os próximos áudios e transcrições têm a ver com esses entendimentos, por essa geração de lideranças, que perpassa no entendimento de que floresta em pé gera economia e gera a continuidade da existência dos povos indígenas da Amazônia.

E, nesse campo de pesquisa, podemos ver que a precificação de produtos indígenas ainda continua sendo um desafio, algo que precisa de atenção, pois ainda há muitos atravessadores que se aproveitam dos parentes quando se fala de nossas artes e outras produções.

Dentro dos estados da Amazônia brasileira, alguns até possuem secretarias voltadas para povos indígenas, mas ainda assim não são suficientes e nem contemplam a produção diversificada dos povos indígenas. Não há incentivo, valorização e nem local para a venda das produções vindas dos territórios. Ter espaço para escoar é importante, para que nossos produtos sejam valorizados. No espaço tanto privado quanto público, é desse desafio que os produtos do Norte estão disputando o mercado.

Para Marciely, no seu estado, o que se destaca muito é a questão da produção do artesanato das mulheres indígenas, que foi algo que foi puxado pelas próprias mulheres, mas que foi incentivado principalmente pela organização de mulheres do estado, a AGIR (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia) através da TECÊ, que hoje é uma organização das mulheres artesãs, que já é mais diferente da associação que uma organização de mulheres indígenas como um todo.

Marciely visualiza a importância de falar sobre assunto nos eventos dentro dos territórios, pois em muitos lugares, segundo ela, percebe-se que falar sobre a questão dos produtos da Amazônia ainda é um desafio, porque vai competir com os produtos que já vêm em produção de grande escala e que também acabam levando menos tempo para produzir. O que é diferente de você esperar, por exemplo, a produção que vem direto da Amazônia, que ela tem um tempo determinado. É, por exemplo, quando a gente fala sobre os artesanatos das mulheres indígenas, quando elas produzem o artesanato de telas feitas realmente de forma tradicional e à mão, a gente fala que nunca vai sair um artesanato igual ao outro. Ele é sempre uma produção única, e as mulheres, elas demandam um tempo, dependendo do que elas vão produzir.

“Nesse momento em que falamos da economia do tempo, as mulheres não param de fazer suas coisas do dia a dia para dedicar apenas à produção de suas artes para o mercado. Número não é o que conta, mas sim a qualidade com que os produtos são produzidos. Elas recorrem sempre à forma de fazer no seu tempo. Durante o fazer, é contada a história, é o momento em que se compartilha uma história, ou se faz a prática de ensinar as mais novas” Marciely Tupari

– Como, por exemplo, quando elas vão produzir um colar de tucumã, elas precisam esperar o processo: esperar o tucumã amadurecer, cair no chão para realizar a colheita. Depois, tem que limpar, quebrar, cortar, furar, cortar de novo, lixar, botar na linha de tucumã. Essa linha também tem um tempo, dependendo do

povo. Então, a gente percebe que é um processo mais demorado, e muitas vezes a gente vê que as pessoas não valorizam tanto esse produto.

– E esse não valorizar passa por não conhecer e não saber a história que tem por trás dela, para poder produzir aquela peça. E mesmo hoje a gente tenta mostrar isso, dar essa visibilidade para fora, mostrar a importância dos produtos que vêm da floresta, principalmente produzidos por mulheres, e também explicar por que muitas vezes aquele produto está naquele preço. Lembro que, em alguns espaços em que a gente está, dependendo do território, a gente vê que o preço que elas cobram pelo produto feito à mão é muito mais baixo do que realmente merece. E aí muitas vezes a gente tem que fazer um trabalho com elas e mostrar por que aquele produto pode ter um preço mais justo.

– Mas como precificar um produto que, se formos pensar, pode e deve ter um valor mais alto? Porque, quando a gente pergunta para elas como produziram aquela peça, elas contam. E quem entende realmente sabe o trabalho que dá e o tempo que leva para chegar naquele formato final, vê que o valor precisa ser melhorado. Mas como explicar isso para fora, sendo que, muitas vezes, nem dentro do nosso próprio estado isso é valorizado?

– Então, quando falamos de precificação nas formações que realizamos com as mulheres, percebemos que, quando conseguem vender o produto para fora, as mulheres veem porque lá fora o produto está mais caro. E aí surge a questão: como fazer o escoamento desses produtos que elas produziram? Agora nem falo só do artesanato, mas também dos produtos do território como o do roçado, da castanha, do açaí. – O açaí, por exemplo, tem um caroço. Para produzir a polpa, para melhorar a semente e virar arte, requer a sabedoria de como cuidar do processo. Às vezes esses processos são menos conhecidos. Imagina quando precisa mandar pra fora! E para mandar esse produto para fora, você tem que cumprir algumas regras. Então a gente percebe que às vezes as pessoas veem que nem vale a pena. Falo mais dos parentes mesmo. Eles veem que não vale a pena trabalhar porque o processo é muito longo e demorado.

– Isso entristece. Muitas vezes, elas entendem que não compensa, nem pelo trabalho que vão fazer para tirar o produto de dentro da floresta e da aldeia. São etapas que, às vezes, vejo que acabam enfraquecendo muito essa produção que vem de dentro do território. Porque, pra quê vender para atravessadores se não vai nem conseguir o retorno que gostaria para sustentar a família?

– Na tentativa de fortalecer as organizações e os coletivos de mulheres, a COIAB

a partir de suas lideranças constituiu um Fundo que apoia essas atividades por meio de editais que tem como público prioritário mulheres indígenas. Essa iniciativa começou com a ideia de criar um mecanismo próprio para apoio a projetos de sustentabilidade. E foi assim que nasceu, em 2020, o Podáli – Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, uma conquista do Movimento Indígena Amazônico, que por mais de uma década debateu a criação desse fundo.

– Com o lema “Por indígena, para indígena e com gestão indígena”, o Podáli funciona de forma autônoma e com governança totalmente indígena, realizando apoios diretos a projetos e territórios. É fundamental para o fortalecimento das organizações e comunidades indígenas. Contudo, sempre foi uma dificuldade histórica conseguir acessar recursos por fontes financiadoras convencionais, assim como garantir o protagonismo dos povos indígenas na administração dos próprios recursos.

– O Podáli demonstra, na prática, como fazer a gestão dos recursos de acordo com as realidades dos povos indígenas. Já disponibilizou dois editais desde sua fundação, uma experiência que fortaleceu o trabalho das mulheres.

– O primeiro edital foi lançado em 2022 com o tema “Amazônia Indígena Resiste” que apoiou 47 projetos na Amazônia, entre eles a TECÊ. Já a segunda chamada foi lançada em 2024 que teve o tema “Amazônia Indígena Resiste: na defesa e cuidado com as vidas”, e apoiou 40 projetos.

– Esses primeiros dois editais retomaram a força de trabalho das mulheres em toda a Amazônia Brasileira, fortalecendo o entendimento das mulheres desde o protagonismo na política indigenista até seu envolvimento na defesa da floresta em pé, por meio de suas vozes em diferentes espaços.

Marciely Tupari

A forma como compreendemos o valor do território é diferente da visão dos não indígenas. Para nós, a economia está relacionada ao território e está baseada no saber e no sentir, no cuidado com a mãe terra e com sua biodiversidade, é isso que movimenta e fortalece nossas vidas e comunidades. Então comentei com a Marciely que nas últimas produções minha, tenho me desafiado a falar da nossa economia e isso tem trazido visibilidade científica de como as nossas tecnologias sociais, tudo isso que foi falado, ela está presente, não ficou na história. Ela não morreu, ela está presente nos povos, então assim, ela realmente precisa desse espaço de visibilidade. **Eu queria que você falasse um pouco também dessa questão, como você vê esse financiamento? Porque estão aí os fundos. Eles conseguem atender as mulheres para a produção delas?**

– Não. A gente percebe que muitas vezes, que também enfraquece muito as mulheres querendo trabalhar com os seus produtos, às vezes até o próprio território também quer trabalhar com o produto. É porque a gente sabe que esse recurso não chega até os territórios, até o chão do território. Por conta que pra você acessar um fundo, ela é uma burocracia muito grande, muitas vezes nem as nossas próprias organizações indígenas maiores conseguem ter acesso. Falta também conhecimento da existência dos fundos e de como eles podem ser acessados. Muitas vezes, nem a gente mesmo que está à frente de organizações indígenas, como a própria COIAB, a gente tem conhecimento de fundos que podem ser acessados por nós para poder fazer com que chegue nos territórios.

– E, inclusive, foi pensando justamente nisso, que uma das formas de fazer com que se desburocratize um pouco essa questão de acessos direto a recursos que foi criado o Podáali, que, na sua linha de atuação, possui sete temas de apoio e uma delas é a de economia indígena:

1. Gestão e proteção territorial e ambiental indígena;
2. Economia sustentável e soberania alimentar;
3. Fortalecimento institucional e promoção de direitos;
4. Formação profissional;
5. Medicina ancestral e saúde indígena;
6. Fortalecimento cultural e conhecimentos tradicionais indígenas;
7. Gênero, gerações e pessoas indígenas com deficiência.

– A criação dessa linha de atuação eu me recordo, foi justamente pensando nisso, de a gente atender as comunidades e as mulheres.

Marciely Tupari

A realidade de algumas mulheres indígenas da Amazônia é que sua ciência é vista apenas como conhecimento na oralidade. Mas é mais que isso: é algo que ensina na maneira e no olhar feliz de poder produzir um determinado objeto. O pensamento indígena propõe e desafia os não indígenas a olhar para dentro, no sentido de dizer que são protetores de seus territórios. Essa ciência é algo além do que pode ser tocado e sentido ela necessita de fortalecimento e valorização em todos os debates de conhecimento e economia

Por isso perguntei à Marciely quais são os caminhos para fortalecer a ciência dessas mulheres e como faria para fortalecer essa economia e garantir a continuidade dessas produções. Sabemos também que ainda há um desafio dessas informações chegarem dentro dos territórios.

– O maior desafio é que, às vezes, essas informações estão em outras línguas. Se mal entendemos o português que já não é nossa língua materna, imagina entender, por exemplo, um edital que vem em inglês, esse é um dos maiores desafios pois a grande maioria do financiamento vem de fora do Brasil. Isso dificulta o acesso das mulheres a algum tipo de recurso para realizar trabalhos em suas produções.

“Então, o caminho seria fortalecer os fundos já existentes da Amazônia para atender mais as mulheres. E talvez precise ter uma conversa muito grande com as instituições ou com essas pessoas que financiam. Eu falo, inclusive: será que as pessoas que estão financiando não conhecem de fato a realidade que se passa, por exemplo, na própria Amazônia ou nos territórios? Elas acham que estão mandando recurso, estão ajudando, e eu até falo assim: vocês precisam ir lá e conhecer nossos territórios, porque aí vocês vão entender o desafio que é ter conhecimento desses recursos que vocês estão apoiando” Marcilei Tupari

– Muitos territórios na Amazônia enfrentam dificuldades de acesso à internet, e sabemos que há mulheres que não possuem sequer conexão ou mesmo um celular.

– Quando falamos de demarcação de terras, estamos falando de acesso à formação e à informação às mulheres. Mesmo as que têm acesso, têm dificuldade. A gente sabe que tem regiões que ainda se comunicam por radiofonia. O grande desafio são os territórios muito distantes um do outro. Só para você ir às outras, a ideia de saber que tem aquele produto lá e que tem uma pessoa que quer comprar, que tem a encomenda. indo lá, você já gastou o recurso que era para estar levando para dentro. Combustível é muito caro, e a logística dentro dos territórios requer muita organização para ir em busca delas e depois colocá-las para venda.

“Essa falta de entendimento sobre a realidade logística da Amazônia faz com que parceiros desistam de fazer encomendas, porque às vezes, só na logística, você já gastou o recurso que era para estar dando retorno para as mulheres” Marcieli Tupari

- Então, a gente até fala: vocês que estão financiando, precisam conhecer a realidade de onde estão apoiando. Porque não é só questão de recurso, é ter essa sensibilidade de conhecer realmente nossas realidades.

– Já passamos por situações assim, em que um financiador pediu para uma pessoa vir fazer um levantamento nos territórios, para ver se era realmente aquilo que colocamos nos projetos. Porque tem isso também, sim. A gente coloca, por exemplo, que gasta 1.000 litros de combustí-

vel para sair de uma aldeia. Eles não acreditam. Então, a gente fala: “venham aqui conhecer a realidade, para vocês verem que às vezes isso ainda é pouco”. Porque, dependendo da situação que estamos passando naquele momento, sabemos que o custo será muito maior. Então tentamos também fazê-los entender e ter um pouco dessa sensibilidade de desburocratizar realmente o acesso a esses editais, a esses recursos, e fortalecer as produções das mulheres, essas organizações que já trabalham e incentivam essa produção voltada ao território, à economia, às mulheres e também a esses fundos que já estão sendo criados.

– E que olhem para instituições, que conversem com a gente nessa questão. A gente tem falado bastante nessa disputa da nova economia na Amazônia e que não tem como falar disso, eu acho que esse trabalho é um pouco dessa resposta.

“Não tem como pensar na economia para as mulheres sem conversar com as mulheres indígenas” Marciely Tupari

– Acredito que é um pouco esse caminho. Exatamente. Até porque, hoje em dia, uma coisa que a gente coloca também é que as mulheres estão tendo um protagonismo muito grande, além da questão econômica, na própria defesa e manutenção dos territórios. E quando você leva algo já pronto, de cima para baixo, como nós sempre colocamos, você não atende à realidade, por exemplo, daquele povo ou daquela mulher. Então, precisa ser conversado. Mesmo que não se converse com todos os povos, que a gente sabe também que é um desafio, é difícil —, conversando pelo menos com uma parte deles, você vai começar a entender e levar a realidade do que realmente está acontecendo ali. Você vai ver.

– Vamos seguir fortalecendo para que cada vez mais as mulheres indígenas possam aprender e que elas estejam falando por elas, e não outras pessoas falando por elas.

Marciely Tupari

A bioeconomia, na perspectiva de Marciely e de outras mulheres, vai muito além da comercialização de produtos: ela é parte da vida, das relações e da resistência dos povos. Para que essa economia floresça de forma justa, é preciso reconhecer e enfrentar os desafios impostos pela distância, pela linguagem, pela falta de acesso à informação e à internet, e pela lógica de editais que muitas vezes não dialogam com a realidade vivida nas aldeias. Como expressam as próprias mulheres, o protagonismo feminino indígena está na produção, na proteção dos territórios e na luta por autonomia. Não há caminho possível sem ouvi-las, sem construir com elas.

“A economia está nos territórios e os territórios vivem nas mulheres que os sustentam” Braulina Baniwa.

EXPERIÊNCIA DAS MULHERES INDÍGENA DAS ARTES TECÊ E DISCUSSÃO DA BIOECONOMIA

Leonice Tupari

Leonice Tupari é uma das Mulheres Terra da ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade), representando o Bioma Amazônia como cofundadora da articulação. É também coordenadora executiva da AGIR (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia) e coordenadora de gestão do TECÊ. Pertencente ao povo Tupari, Leonice vive na aldeia Paiter Linha 09, localizada na Terra Indígena Sete de Setembro, no município de Cacoal, estado de Rondônia.

Desde a chegada dos colonizadores no continente americano, os indígenas têm lutado contra os impactos ambientais, sociais e culturais provenientes deste contato. De acordo com o “Atlas de Pressões e Ameaças em Terras Indígenas”, eles sofrem com um conjunto de situações que põem em risco a biodiversidade local e a vida nos territórios tradicionalmente utilizados por indígenas, ribeirinhos e quilombolas (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009).

Situado no interior do arco do desmatamento da Amazônia brasileira, Rondônia é marcado por intensas frentes de expansão rodoviária que favoreceram o avanço da agropecuária e a exploração intensiva dos recursos naturais. Esse processo tem gerado impactos socioambientais alarmantes nas últimas décadas. Apesar dos desafios, o estado abriga uma grande diversidade de povos indígenas que seguem mantendo vivas suas culturas, línguas e formas próprias de organização social.

Entre esses povos, destacam-se as mulheres indígenas que compõem a AGIR, a primeira organização de Rondônia com caráter exclusivamente feminino e indígena. Para este artigo, conversamos com Leonice Tupari, liderança já apre-

sentada, que compartilhou sua trajetória e sua visão sobre o protagonismo das mulheres indígenas na economia, bem como os desafios enfrentados diante das mudanças climáticas.

Os territórios indígenas no Brasil enfrentam uma diversidade de retrocessos e impactos relacionados à justiça ambiental, que perpassam por diferentes realidades. Em Rondônia, as mulheres lutam pela visibilidade e reparação, buscando diminuir a discriminação de gênero e raça.

Na construção desta escrita, buscamos traduzir uma visão de gênero a respeito da organização territorial, da economia defendida por mulheres e da representação dentro dos territórios, considerando as realidades e desafios de produzir e se envolver na economia sob liderança feminina.

O processo de escuta neste trabalho, de ouvir as lideranças, vai além de enfrentar os homens dentro dos territórios. Trata-se de construir, através de suas vozes, a história de gerações de mulheres que se conectam através do tecer, fazer e do partilhar dessa ciência para o bem viver de suas crianças e seus povos.

Portanto, é sobre essa construção coletiva que estamos apresentando neste trabalho:

“Temos as economias, e não uma economia, a partir do entendimento das mulheres” Braulina Baniwa

Para iniciar essa transcrição, ouvimos da liderança o que ela entende por bioeconomia indígena:

– *Eu acredito que nós, mulheres indígenas, somos aquele grupo que trabalha muito com a economia sustentável, que hoje é chamada de bioeconomia. Nós trabalhamos a questão do artesanato, trabalhamos a questão da semente no nosso território, então nós desenvolvemos várias atividades.*

– *Para mim, a bioeconomia é trabalhar com a sustentabilidade do nosso território, daquilo que a natureza nos dá. Então, manter a floresta em pé é um dos pontos nossos da TECÊ.”*

– *O que eu considero como economia na minha comunidade? Existem vários tipos de economia, mas hoje a gente vem enfrentando vários desafios com a questão do capitalismo dentro da economia. E a economia na nossa comunidade, principalmente relacionada a nós, mulheres indígenas, é trabalhar com*

os nossos artesanatos, com o nosso conhecimento tradicional. E acho que hoje no estado de Rondônia uma coisa que é comum em todas nós é a arte que nós temos.

– Porque essa arte é um conhecimento milenar. Então, é uma das economias que temos. Muitas mulheres têm trabalhado com o que nós temos no extrativismo, como a própria castanha, o açaí, o cacau nativo e outros produtos que nós temos na nossa floresta. Então é economia, é uma economia sustentável que dialoga com o nosso bem viver, é o que existe e está na nossa comunidade.

– Acredito que, além disso, temos as nossas roças tradicionais, que é uma roça com o plantar daquilo que nós já vimos, não só o que nós hoje adquirimos de não indígena, mas também aquilo que nós temos, que nós trouxemos, principalmente através do nosso contato. Então, assim, como por exemplo o amendoim. O amendoim é um produto que desenvolve uma economia muito grande dentro do nosso estado, e é uma coisa que é tradicional nossa, do nosso povo também. E trabalhar com esses produtos que são nossos, da nossa realidade, é uma forma de economia para nós.”

“Trabalhar com esses produtos que são nossos, da nossa realidade, é uma forma de economia para nós dentro da nossa comunidade” Leonice Tupari

– Mesmo que o tema seja tão difícil de entender, nós, as mulheres, temos nos desafiado a discutir. Então, a bioeconomia que, como hoje é falada por aí, mundo afora, para nós ela é muito importante. Porque ultimamente ela vem nos fortalecendo cada dia mais. Não que nunca a gente tenha trabalhado, claro, mas hoje a gente vem buscando desenvolver esse trabalho, e mostrar não só para nós da comunidade, mas no nosso próprio município, no estado. Mas a gente vem também mostrando a nossa bioeconomia de uma forma mais ampla, que vai além do nosso estado e País. Então, hoje, as mulheres vêm se empoderando desse conhecimento, dessa bioeconomia, e isso é importante para nós, que a gente começa a se empoderar desse tema, para a gente também fortalecer várias lutas de nós, mulheres indígenas, nos seus territórios.

Leonice Tupari

A ausência de políticas públicas direcionadas às mulheres indígenas inviabiliza seus trabalhos e seus produtos, resultado da colonialidade e do silenciamento. Na Amazônia, fizeram com que as mulheres realizassem a revolução de forma determinada, a partir de sua atuação dentro de seus territórios. A AGIR foi criada em

2015, sob o pretexto de fortalecer as vozes das mulheres indígenas de Rondônia, e também pensar na estratégia de levar renda às comunidades.

Por isso, para Leonice:

— *Esses produtos são nossas ciências, que nós, mulheres indígenas, carregamos há muitos anos, através do fazer e do produzir das mulheres, que são milenares e ancestrais. É a partir dessas ciências, desses conhecimentos das mulheres, que conseguimos criar a linha TECÊ. Isso fortalece o trabalho das mulheres, e o próprio nome da TECÊ nasce dessa fala, desse saber das mulheres, principalmente das anciãs. O modo de pronunciar e escrever TECÊ chegou a ser muito questionado: por que escrever TECÊ dessa forma?*

— *Para chegarmos a esse nome, procuramos ouvir os mais velhos e nossas anciãs. É a forma das próprias anciãs e anciãos falarem; TECÊ. Não da forma que as pessoas querem que a gente escreva e fale no português. Porque essa forma de tecer é uma forma de entrelaçar nossos artesanatos e nossas artes carregadas da ciência singular de cada povo, das mulheres da rede de artesãs, principalmente na questão das nossas cestarias que nós temos.*

— *O próprio colar, que a gente precisa tecer a linha do tucum, todos passam por uma forma de entrelaçar, de tecer. Então, isso fortaleceu o nosso nome, da nossa organização, principalmente de mulheres que estão ligadas ao artesanato, e que são as próprias produtoras dessas artes. Então, hoje, para nós, a ciência traz muito fortalecimento. A ciência de nós, mulheres, é um fortalecimento muito grande para nós que fazemos parte da TECÊ, que iniciamos essa luta. Esse conhecimento é um conhecimento de várias mulheres, de vários povos vivos de Rondônia. Então são várias regiões, com localidades diferentes, um jeito diferente de fazer, com conhecimento ancestral de cada povo.*

— *A nossa economia é o artesanato que as mulheres hoje vêm desenvolvendo no estado de Rondônia, principalmente voltado à nossa organização TECÊ. Antes, a gente só tinha eventos locais, a gente ficava muito aqui na nossa região, dentro das nossas aldeias, e com o uso das ferramentas tecnológicas, eu acredito que isso avançou para nós também mostrarmos para o mundo as nossas artes, o nosso modo de ser no nosso território.*

— *O nosso modo de produzir e como pensamos nisso, eu acredito que as redes sociais tiveram principalmente o papel de fortalecer a nossa força durante a pandemia e pós-pandemia, porque foi um momento que a gente teve que,*

Figura 2
Mulheres da TECÊ.

Fonte: Arquivo pessoal de Leonice Tupari



principalmente a TECÊ, que buscar uma forma de não impactar a economia das mulheres, principalmente vendo a situação dos nossos artesanatos e produções dentro do nosso território.

– Tivemos então que buscar apoio e novo conhecimento sobre as ferramentas, começar a entender essa tecnologia para poder vender nossos produtos, e também trazer o conhecimento para nós, tanto que estamos na gestão como as mulheres do território. Então, eu acredito que a ferramenta tecnológica, as redes sociais têm nos ajudado muito para levar nossos artesanatos além do nosso estado, do nosso território. Mas sim, a nível de Brasil, internacionalmente.

– Eu acredito que nós precisamos destacar a importância da floresta em pé, para que a gente consiga realmente desenvolver os nossos ritos de passagens, como rituais e como a gente vem produzindo e a forma de nós criarmos nossas artes. Essa é uma diferença que tem com as artes de outros povos, porque nós temos essa ligação tanto com a nossa espiritualidade, que é o conhecimento milenar,

mas também atualizando e conseguindo colocar dentro da nossa tecnologia a tecnologia social do indígena, que é aí apresentada ao mundo através de ferramentas não indígenas, onde as nossas artes, os nossos modos de fazer, a nossa economia sustentável nas comunidades junto às mulheres.

Leonice Tupari

O Governo Federal instituiu o Selo Indígenas do Brasil por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 4 de janeiro de 2024, assinada conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Segundo o normativo, para utilizar o selo, a atividade ou o empreendimento deve ser exclusivamente manejado por indígenas.

Mas isso ainda é um desafio para que todos os empreendedores indígenas acessem tal reconhecimento. E, segundo Leonice, não só em Rondônia, mas no Brasil, o produto ainda precisa ser muito valorizado, é preciso o apoio do governo e das políticas públicas, e apoio financeiro para apoiar as mulheres.

– *A contação de história do nosso artesanato é necessário ser valorizada urgentemente. Nós trabalhamos com as mulheres aqui do nosso estado, sempre buscando valorizar os produtos da forma que elas pedem em seu valor. Trabalhamos com a qualidade do artesanato produzido por elas. A precificação que a gente trabalha, principalmente em regiões distantes da cidade, procuramos trabalhar de forma a apresentar e passar que cada arte tem sua história de como foi feita, o que significa para aquela mulher ou determinado povo.*

– *E então, viemos buscando trabalhar muito para que nossas artes sejam valorizadas de uma forma que as marcas existem, porque a gente vê produtos que são de marcas, são mais valorizados no mercado.*

“Mas, quando se trata de nossos produtos, as pessoas não valorizam o processo econômico de tempo e história que cada peça carrega e como nós temos essa conexão nossa, principalmente na hora de produzir cada arte que é feita por essas mulheres com suas próprias ciências, independentemente de ser mulheres ou homens” Leonice Tupari

– *Nós não temos apoio do governo estadual, ele ainda não tem nada que nos ajude realmente a impulsionar nossos projetos de produção, que dialogam com propostas e demandas das mulheres, para poder mostrar para o nosso estado*

o que nós temos de produtos que são nativos, são trazidos dos territórios indígenas, que são milenares, que são ancestrais, mas isso ainda não é conseguido passar de uma forma, ainda como os outros produtos, principalmente como os do agronegócio. Eu acho que falta esse incentivo do próprio governo está trabalhando também essa parte de valorização da nossa arte e produtos indígenas.

As mulheres indígenas da AGIR e dos produtores de artes do TECÊ nos compartilham, através da voz da Leonice, que os impactos na produção vão para além de mudanças climáticas, mas também pela falta de oportunidade e espaço para mostrar o que as mulheres produzem. Por isso, cada vez mais, as mulheres se organizam através de associações e coletivos em nível nacional para poder trabalhar e colocar seus produtos no mercado. Ela nos indica os desafios enfrentados no mercado, porque é um produto indígena.

– Como eu mencionei no outro áudio, é um produto bem-feito, bem produzido e que não se desgasta rapidamente, como alguns produtos industrializados.

“Os produtos indígenas são duradouros, e o desafio que enfrentamos hoje é conseguir um mercado justo, que valorize nossa ciência e a narrativa da história de cada mulher presente em cada peça de nossas artes” Leonice Tupari

– O nosso sonho, como mulheres indígenas, através da nossa organização TECÊ, é realmente trabalhar e capacitar cada vez mais essas mulheres que queiram e que estão na frente da nossa organização, para que nós consigamos realmente desenvolver um trabalho que seja justo com a própria organização, que fortaleça as nossas bases/territórios.

– Mas também ser justo com as nossas próprias mulheres de territórios. Então, o desafio tem sido o mercado, o desafio tem sido realmente capacitar essas mulheres e passar à frente. E um outro desafio que nós temos é a questão de nos manter financeiramente e organizar o site de vendas.

– Porque não é só ter ali um Instagram, alguma coisa assim, mas ter realmente um site de venda. Mas acredito que tudo isso, seja um passo a passo. É desafiador, mas nós não estamos desistindo disso. Então, se no mercado nacional a gente já enfrenta isso, imagina no cenário internacional se nós não estamos preparados ainda para organizar aqui a nível do Brasil, internacionalmente ele se torna mais desafiador.

– Mas eu acredito muito que nós podemos, sim, chegar lá com nossos produtos indígenas. A gente está conseguindo, já estivemos mais distante. O Norte tem esse desafio de logística, e hoje temos conseguido estar em alguns lugares e feiras.

– Então, se tivermos esse incentivo do próprio governo, dos próprios parceiros que têm aí uma visão, um olhar diferente para a arte indígena, eu acho que a gente consegue, sim, ter essa participação, essa amostra nacionalmente e, logo no futuro, internacionalmente com o artesanato indígena mesmo. Não só levar essa arte, mas também fazer parte desse mercado como um comércio. A gente precisa colocar a TECÊ como uma empresa, empreendedora de artesanato indígena, principalmente aqui de Rondônia, que faz parte da Amazônia brasileira.

Leonice Tupari

“As mulheres têm se destacado nesse protagonismo, que cada vez mais fortalece a importância de falar sobre nossa economia e de compreender o significado dessa pauta para nós, enquanto pessoas de direitos” Leonice Tupari

A partir da experiência da parenta Leonice, destaca-se o protagonismo das mulheres na produção de artes indígenas e os desafios enfrentados para acessar mercados justos, políticas públicas e apoio financeiro. Outro ponto bastante destacado é a dificuldade logística: andar na Amazônia custa caro, e isso se reflete na vida dos povos indígenas que precisam se locomover para expandir a venda de seus produtos, impactando diretamente no retorno dessas vendas.

A PRODUÇÃO DAS MULHERES SATERÉ MAWÉ

Sandiely e Regina Sateré Mawé

Saindo de Rondônia, vamos para o estado do Amazonas, conhecer mais sobre as estratégias de resistência e como as mulheres Sateré-Mawé definem a bioeconomia no processo de suas produções que, originalmente, são da região do Médio Rio Amazonas, na fronteira dos estados do Amazonas e do Pará. Nessa conversa, trarei duas mulheres líderes Sateré-Mawé, da Ti Andirá-Marau, que apresento a vocês:

Regina Sateré-Mawé e Sandiely Sateré-Mawé são, respectivamente, filha e neta de Zenilda Sateré-Mawé, uma das primeiras mulheres indígenas da Amazônia a viajar para a Europa em defesa dos direitos dos povos indígenas, por meio da COIAB. Zenilda também foi uma das idealizadoras da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Amism), uma das organizações mais consolidadas do estado do Amazonas.

Regina é mãe, avó, artesã, filha e neta de uma geração de lideranças mulheres e artesãs, liderança feminina e coordenadora-geral das mulheres indígenas da associação AMISM.

Já Sandiely é graduanda no curso de Administração pela UEA (Universidade Estadual do Amazonas), compõem a rede de comunicadoras indígenas na APIB e na ANMIGA, pela AMISM.

Originárias do Baixo Amazonas, Regina e Sandiely atualmente vivem em Manaus, onde mantêm a sede da AMISM e vêm desenvolvendo um importante trabalho de formação e preservação de suas ciências há três gerações. Mesmo enfrentando os desafios de viver em uma cidade como Manaus, elas seguem firmes, sem abrir mão das ciências ancestrais que herdaram.

Os indígenas do povo Sateré-Mawé estão presentes nas cidades de Barreirinha,

Parintins, Maués, Nova Olinda do Norte e Manaus, todas localizadas no estado do Amazonas.

A narrativa apresentada pelo Instituto Socioambiental (ISA) ajudou-me a compreender que, a partir da década de 1970, intensificou-se a migração do povo Sateré-Mawé para Manaus. Em 1981, o antropólogo Jorge Osvaldo Romano registrou a presença de 88 Sateré-Mawé vivendo na periferia da cidade, principalmente no bairro da Redenção (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2025).

Nos relatos, encontramos informações de que, ao final da década de 1990, esse número cresceu significativamente, chegando a aproximadamente 500 Sateré-Mawé. Segundo Bernal (2009), as comunidades Y'Apryrehyt, Maué, l'nhã-bé e Waikiru estão localizadas na periferia de Manaus.

Esses processos migratórios ocorreram com forte protagonismo feminino já que, ao chegarem a Manaus, as mulheres Sateré-Mawé encontraram maior facilidade de inserção no mercado de trabalho, sobretudo como empregadas domésticas. Grande parte dessa população passou a garantir seu sustento com a venda de artesanato para turistas. Antes da formalização de uma associação, essa comercialização acontecia principalmente durante encontros e eventos indígenas.

É nesse contexto que encontramos as filhas e netas desse povo, e é a partir de suas vozes que vamos aprender sobre a bioeconomia e as formas de produção que mantêm vivas suas tradições e saberes.

Para este terceiro texto, convidei a Sandiely, filha caçula da Regina, para me ajudar com a entrevista com sua mãe sobre mudanças climáticas e como isso afeta suas produções. Mas, é claro, antes disso, como todas as mulheres que participam deste caderno, ela compartilha conosco o que entende sobre bioeconomia.

É partindo desse lugar de ciência mantida por várias gerações entre as mulheres, de forma coletiva, que vamos conhecer os trabalhos e desafios das mulheres Sateré-Mawé.

Entrevista de Regina feita por Sandiely:

“Para mim, a economia que envolve a produção de artesanato com a semente é um processo natural que se espalha e aprende. Está no território, é a natureza viva” Regina Sateré - Mawé

– *Então, para mim, isso é da economia, porque você trabalha sem agredir a natureza, sem desmatar, sem queimar, sem nada. Então, é de lá que se tira uma economia que sustenta a sua família. A natureza nos proporciona acessar material para produzirmos nossas artes, para vender. Isso é uma tradução de bioeconomia para mim.*

Regina Sateré-Mawé

Para os povos indígenas e principalmente para as mulheres, segundo Apurinã (2019, p. 198), a manutenção e o equilíbrio da floresta e, conseqüentemente, do planeta, são fundamentais. Mas, para que isso aconteça, é preciso que haja equilíbrio e uma boa conexão com os espíritos que habitam o cosmos. Por essa via de interpretação, a problemática contemporânea se expressa como a manifestação de uma crise de valores e de paradigmas estruturantes da humanidade. Ela é causada, entre outros aspectos, pela separação entre razão e emoção, pela dessacralização da natureza (transformada, dentro da sociedade de consumo, em mero recurso a ser explorado) e pelo desencantamento do mundo, sintomas da perda de conexão com uma dimensão mais profunda da vida.

Para que as produções indígenas sejam realizadas pelas mulheres, como mencionou Marciely Tupari no primeiro texto, existe a importância de existirem espaços de segurança para a realização das colheitas de sementes naturais na floresta, a coleta de material para tingimento e também para que as mulheres possam se reunir para a transmissão dessa ciência do fazer entre si, momento realizado pelas mulheres anciãs, mestras em cada fecho, em cada desenho de cada arte produzida pelas mulheres indígenas da Amazônia.

E a Regina Sateré nos mostra que:

– *A economia e o trabalho que a gente faz, juntamente com as mulheres, ensinando a elas ou orientando elas, é trabalhar com o que a natureza dá de material para termos nosso material de trabalho. Não são materiais plantados ou cultivados. Como já falei, trabalhamos com o que a natureza dá, com o que ela oferece. É através desses materiais que produzimos nossas artes para o sustento da sua família, em grupo, em comunidade. É no fazer coletivo.”*

De acordo com Regina:

– *Os produtos indígenas não são valorizados, as portas que se abrem para nós, produtos indígena são poucas, mas assim, com a nossa luta, com nosso é, com a nossa perseverança, com um trabalho que a gente faz. Eu acho que vai abrir*

Figura 3
Colar feito pelas mulheres da AMISM.

Fonte: Instagram da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM) [@amism_sateremawe].



portas para a gente cada vez mais ter o nosso trabalho reconhecido e valorizado, porque o nosso trabalho é um trabalho que é biodegradável, Então, para a gente, nós as mulheres indígenas é muito importante que as pessoas valorizem o nosso produto e nossas artes.

“Sendo assim a economia indígena para mim é um modelo econômico que valoriza os conhecimentos tradicionais e as práticas sustentáveis dos povos indígenas e das mulheres. É na utilização de recursos naturais. E ela se baseia essencialmente na relação que essas comunidades têm com a biodiversidade”
Regina Sateré Mawé

– Promovendo o uso responsável de recursos naturais biológicos na natureza para a nossa geração de renda, como a associação faz e fazemos com as mulheres associadas, nós usamos sementes, usamos caroço para fazer nossas artes.

– *É da natureza que partimos com nossa organização, datando nossos tempo de economia e trabalho, e é a partir disso, socializando com as mulheres, que nossos produtos precisam dialogar com a questão da preservação ambiental.*

– *Esse processo não só nos permite ter renda e gerar renda para as mulheres indígenas da associação nos territórios, como também ajuda no fortalecimento cultural.*

– *A bioeconomia indígena, ou a economia voltada para as mulheres indígenas, é uma forma de trabalho que contribui para a organização de atividades que valorizam os conhecimentos tradicionais, a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental. Essa economia gera oportunidades de renda e fortalece o papel das mulheres tanto em suas comunidades quanto em seus lares. Mais do que um modelo econômico, ela representa uma prática viva da ciência ancestral das mulheres indígenas e desempenha um papel essencial na preservação da vida e dos territórios.*

– *A AMISM tem trabalhado com essa pauta e tem se manifestado publicamente, que essa ciência das mulheres está nos saberes milenares, relacionado à biodiversidade, ao cuidado com a Terra e aos conhecimentos espirituais e culturais, também mantida e transmitida por gerações.*

– *E é por meio dessas artes que as mulheres transformam seu conhecimento em uma forma de resistência, presente em cada peça que embeleza também os corpos de mulheres não indígenas.*

– *A valorização cultural é sinônimo de geração de renda, e nossas peças produzidas pelas mulheres usam técnicas ancestrais em cada objeto como colares, brincos, pulseiras, e esses itens não apenas geram renda, mas também transmitem histórias em simbolismos ligados à cultura. Por exemplo, em cada peça pode conter padrões, tamanhos e cores que representam elementos da natureza, visto pelos não indígenas como peças lindas, que para nós carrega uma história e conhecimento cosmológicos.*

– *E as mulheres indígenas aqui da sucessão e da nova geração, além de fazer os artesanatos, também elaboram outros produtos, como por exemplo, os derivados do guaraná com técnicas tradicionais que ainda são mantidas dentro das casas e famílias. O processo de uso do guaraná se mantém exclusivamente tradicional e é produzido apenas entre nós, mas os derivados compartilhamos para uso externo, conectado a economia e ciência do nosso povo, e elas utilizam seus conhecimentos ancestrais. É para cuidar da Terra, de forma sustentável e promover a nossa cultura no mercado.*

Figura 4
Regina Sateré numa feira em Manaus com artes produzidas pelas mulheres do seu povo.

Fonte: Instagram da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM) [@amism_sateremawe].



– A conexão entre a arte e a ciência não só mantém as tradições vivas, mas também cria um elo entre o passado e o presente. Garantir que o saber e a ciência das mulheres indígenas permaneçam vivos é muito importante, relevante e precisa ser respeitado nos dias atuais.

– É a tecnologia social, nesse processo, que vem como uma ferramenta para fortalecer a autonomia das mulheres, facilitar a produção e melhorar a comercialização de seus produtos, no mercado nacional e internacional. Usamos a nossa tecnologia indígena para a manutenção de nossas ciências e conhecimentos.

– E usamos a internet, que é tecnologia dos não indígenas, para apresentar nossos produtos e artes ao mundo, pois ela serve como rede de produção e comercialização. Então, ela veio para nos ajudar bastante. Os jovens aprendem e apresentam nossas artes utilizando as ferramentas digitais, para que nós, mulheres indígenas, possamos expandir a valorização de nossos trabalhos no mercado.

Regina Sateré Mawé

Para a Regina e Sandiely, como são do meu estado, eu quis saber como é o espaço para produtores indígenas no Amazonas.

Resposta de Regina e Sandiely respondida coletivamente em conversa:

– O que falta no estado para valorizar os produtos indígenas? É uma lista enorme. Citar o que falta para nós, vamos lá: falta infraestrutura, apoio governamental, educação e capacidade tecnológica para acessarmos o mercado, locais e feiras permanentes. É porque nós aqui da associação participamos bastante quando somos convidadas, mas não há espaço permanente à disposição.

– E quando há exposições, têm dia para começar e dia para acabar. Nós não temos uma feira em mercados permanentes. Pelo nosso esforço, nós criamos uma loja agora, para expor o artesanato das mulheres, porque não tinha esse espaço para indígenas, e muito menos oportunidade de trabalhar na divulgação e reconhecimento.

– Aqui no estado do Amazonas é bem difícil ter divulgação das artes indígenas. E, se tem, é de não indígenas, que já estão se apropriando da cultura indígena. É preciso ter campanhas para destacar o valor cultural e ambiental de produtos indígenas no estado, além de programas educativos que combatam o preconceito com os povos indígenas.

– Esse é o maior desafio para os produtos: sem espaços no próprio estado, a desvalorização é muito grande. Imagina para que os nossos produtos estejam no mercado nacional.

– A falta de acesso a grandes mercados, no nosso caso, como é do Norte, torna a logística e o custo de envio absurdos. Por isso, nossos produtos não alcançam o mercado nacional, por dificuldades logísticas e pela falta de canais que valorizem nossas artes, que conectem diretamente os produtos, as empresas e os consumidores.

– E, para nós aqui da associação, a matéria-prima que utilizamos também é da floresta, que está no nosso território. Ela não nos permite trabalhar em grandes quantidades, pois precisa do tempo dela de amadurecimento.

– As mulheres também trabalham com peças únicas e, muitas vezes, as pessoas vêm querer comprar da gente para vender nos mercados internacionais e nacionais. Querem quantidade grandes, e isso enfraquece muita gente, pois nossos artesanatos levam tempo e demandam economia de tempo das produtoras.

– *As mulheres não indígenas querem ajudar, mas querem comprar uma obra bem barata. Infelizmente, esse é um desafio. Para nós, isso não é valorizar nossas artes. É, mais uma vez, silenciar os produtos e as ciências das mulheres que passam anos se dedicando a aprender e a colocar em suas peças cultura, história e o movimento de força e resiliência das mulheres indígenas.*

– *O tempo mudou e nossas produções tiveram que se adaptar a essas mudanças, já podemos perceber que sementes que tínhamos acesso a grandes quantidades em certo tempo de amadurecimento, passam por falta delas, as mulheres falam dessas ausências.*

– *A nossa associação se mantém desse trabalho coletivo entre as gerações do nosso povo, o que as nossas mais velhas nos deixaram de herança é que nossa ciência precisa está viva e nossa forma de manter isso, é através das artes de cada peça das mulheres Sateré Mawé.*

Regina Sateré Mawé e Sandiely Sateré Mawé

As mulheres indígenas enfrentam grandes desafios para comercializar seus produtos, e o relato das nossas parentas retrata que há falta de infraestrutura, apoio governamental e feiras permanentes. A logística cara e a exigência por produção em larga escala desconsideram o tempo da mata e o das mulheres. Isso afeta diretamente a preservação das sementes milenares, já que muitas matérias-primas utilizadas são coletadas de forma respeitosa e em ciclos naturais. Esses obstáculos se somam às mudanças ambientais já percebidas por elas: sementes que antes eram abundantes e seguiam um ciclo conhecido de amadurecimento hoje estão desaparecendo ou escasseando. Essa ausência, sentida pelas mulheres nas coletas, revela como o desequilíbrio climático e a pressão por produção em escala afetam diretamente a manutenção das matérias-primas naturais e os saberes ancestrais ligados a elas.

BIOECONOMIA E ECONOMIA CRIATIVA - ATRAVÉS DE ARTE E CULTURA - EXPERIÊNCIA SURARAS DO TAPAJÓS

Ayla Tapajós

Saímos do estado do Amazonas e chegamos ao Pará, com a proposta de observar uma iniciativa diferente, que nos permitisse conhecer outras formas de economia impulsionadas por mulheres indígenas. Para essa etapa, convidei Ayla Tapajós, jornalista indígena que atua na linha de frente dos coletivos de mulheres indígenas em sua região.

Deixe-me apresentá-la: Ayla Samila Ferreira Tapajós é indígena dos povos Tapajó e Arapiun, e integra a Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós. É jornalista, mestranda em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília, e também em Sociologia pela Universidade de Évora, em Portugal. É pesquisadora na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), no projeto “Justiça de Transição para Povos Indígenas”.

A Amazônia contemporânea enfrenta uma diversidade de violações, como, por exemplo, o garimpo, a construção de hidrelétricas, o desmatamento, entre outras formas de violência. Diante desse cenário, as mulheres indígenas têm se ressignificado ao longo dos anos, organizando-se a cada encontro e fortalecendo-se mutuamente. Elas utilizam diversas ferramentas para gerar renda, garantir a sobrevivência de suas famílias e também para denunciar as práticas violentas em seus territórios, muitas vezes por meio da música.

O estado do Pará abriga mais de 100 povos indígenas, cada um com suas realidades territoriais e formas próprias de manter seus conhecimentos. Esses povos

seguem encontrando caminhos para afirmar sua presença e enviar ao mundo a mensagem de que os povos indígenas seguem vivos, resistentes e atuantes no território paraense.

E, por isso, neste trabalho da Ayla, teremos vozes de uma geração de mulheres indígenas que, além de ter talento em produzir músicas, vão nos apresentar como lidam com a economia criativa que as mantém.

“Nas terras somos guerreiras, nos rios somos guardiãs, pintura escudo da alma na pele de uma cunhã...” Suraras do Tapajós

– Indígenas mulheres de diferentes povos da região do baixo rio Tapajós, oeste paraense, uniram as suas diversidades culturais para defender a vida e o território. A Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós (AMIST), nasce da inquietude de mulheres que se deram as mãos para lutar e defender as suas vidas em todas as suas dimensões do território. Assim, criaram o primeiro coletivo de mulheres indígenas do baixo Tapajós, em 2016. Com o passar dos anos, o

Figura 5
Mulheres do grupo musical Suraras do Tapajós

Fonte: Arquivo pessoal do grupo musical Suraras do Tapajós



rio de mulheres foi crescendo e construindo novas frentes e, em 08 de fevereiro de 2020, a organização tornou-se Associação, com a missão de “Combater a violência contra a mulher indígena e o racismo, promovendo o acolhimento e o fortalecimento da autoestima, contribuindo para o empoderamento econômico e político, na defesa de seus territórios”.

– Em meio aos vários encontros e reencontros dessas mulheres, há um canto que corre os rios e as florestas da Amazônia; canto, poesia histórica de resistências, estéticas e modos de ser; sons permitidos somente para os que sabem ouvir a voz do silêncio em seu cuidado do fazer cotidiano das mulheres; performance do corpo que reclama as dores e alegrias do território; e manifesta formas de reivindicar direitos, que atravessam a carne eo sangue da existência e de nosso destino, pois também sou uma indígena surara.

– Na importância de defender a vida e gerar autonomia socioeconômica das mulheres indígenas, a associação passou a priorizar e trabalhar nas bases das novas ideias de bioeconomia e de economia criativa, a partir do que essas mulheres já desenvolviam com a utilização de matérias-primas do próprio ambiente em que vivem como: palhas, sementes, cascas, reaproveitamento de madeira caída na floresta por processo natural, óleos, manteigas e outros, que geram novos produtos de cosméticos naturais, moda indígena, confecção de grafismos indígenas corporal e em tecido e tela, confecção de artesanatos e até mesmo a composição de poesias e músicas que retratam os impactos socioambientais sofridos na região. É assim uma possibilidade de reafirmar a luta pelos direitos dos povos indígenas e para além de fortalecer o turismo e economia local através do empoderamento social e econômico dessa rede de mulheres.

– Ao longo dos anos, a ancestralidade emergiu por meio do compartilhamento de produções culturais, tanto na arte dos artesanatos, quanto no som do curimbó³ - instrumento utilizado no carimbó. Foi, então, quando em 2018 o grupo musical ganhou corpo e se tornou o primeiro formado somente por mulheres indígenas no Brasil: Suraras do Tapajós. Em meio à repercussão da criação do grupo musical na região, a associação se tornou inspiração e referência para a chegada de mais mulheres. Atualmente, o grupo é composto por mais de 40 mulheres dos diversos povos do baixo Tapajós.

– Um dos projetos mais marcantes da história da associação e um grande exemplo para reunião de saberes ancestrais das mulheres indígenas foi a “A Feira Criativa de Arte Indígena” e o “1º Festival de Música Indígena da Amazônia”, ambos realizados em junho de 2021. Foram iniciativas importantes para evidenciar e fortalecer o

papel das mulheres indígenas como agentes econômicas e criadoras, por meio de práticas sustentáveis. À medida que as tecnologias dos não indígenas nos impactam, o momento é de se apropriar desses mecanismos para visibilizar as nossas tecnologias ancestrais, que são reproduzidas há séculos por nós.

– Atualmente, a associação possui uma sede física, localizada no território indígena Borari de Alter do Chão, em Santarém. Este espaço é uma referência e ponto de encontros, e tem sido um lugar de exposição e fomento para as nossas atividades socioeconômicas, tanto para feiras, quanto para confecção e apoio do grupo musical. Mas, para além disso tudo, é também um ambiente cultural que fomenta e acolhe as manifestações de toda a comunidade de Alter do Chão.

– Nos entender como produtoras de economia criativa é reafirmar o nosso direito reivindicado há muitos anos, que é de ter a nossa cultura indígena reconhecida e respeitada. Somos e geramos por produzir sem agredir a natureza, que é nossa casa também, e isso gera uma consciência nos demais em incentivá-los que é possível contribuir com a economia local sem destruí-la, pois essa destruição se voltará contra nós mesmos. Isso é qualidade de vida e respeito por aquilo que é nosso, mas também é dividido com os demais seres que vivem na floresta, nos rios, à medida que utilizamos matéria-prima que pertencem a esses ambientes.

– O modo de fazer bioeconomia para nós povos da floresta e do rio é uma realidade paralela ao que produz no chão do asfalto, com um consumismo desenfreado e com grande violência socioambiental, e somos nós quem são os impactados pelo passivo ambiental deixado, porque as hidroelétricas para a luz elétrica estão nos nossos rios, a vasta plantação de algodão envenena nossa terra. E nós, mulheres indígenas, estamos mostrando outras possibilidades para evitar essa continuidade na ameaça das nossas vidas e dos nossos filhos, porque somos sobretudo geradoras de vidas.

– A produção dos nossos artesanatos e cantos são, acima de tudo, a resistência da nossa identidade, e antes de afetar o outro por meio de uma compra ou apreciação, atinge a nós mesmos pelo ressoar da nossa ancestralidade. Eu sou o meu próprio território, por usar os meus próprios adereços fabricados pelos meus antepassados, ou as minhas contemporâneas. Após isso, encaramos os desafios externos, como alcançar um reconhecimento global para que esses saberes e outras formas de fazer economia sejam soluções, desde para a importância da demarcação das nossas terras até o enfrentamento da emergência climática.

– E onde a música entra nisso? A partir do momento em que transformamos em

canto as nossas vivências no território e, mais que isso, é a nossa estratégia de defesa contra as ameaças aos nossos corpos-territórios. Por meio das canções, reivindicamos o nosso clamor pelo direito à vida, direito este muito bem escrito no papel da Constituição Brasileira e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas que por ser quem somos é constantemente ameaçada de morte.

“Nos roubaram, nos mancharam, tentaram calar nossa voz, destruíram nosso médio quanto ao baixo Tapajós. Da nascente à foz vemos tanta exploração, nossas águas tão barrentas que trazem contaminação.” (Trecho da música - Da nascente à foz, Suraras do Tapajós).

– O som do curimbó, hoje, é uma ferramenta de luta, mas também de subsistência tanto para as mulheres que fazem parte do musical, como para a associação como um todo. Nos últimos anos, o grupo conseguiu alcançar espaços nacionais, ou seja, os cantos de denúncia e manifestação do cotidiano das mulheres indígenas amazônicas ressoam em todos os cantos do país. Isso é uma forma de romper limites que antes eram exclusivos de uma parte da Amazônia.

– Em 2024, o grupo musical realizou mais de 20 shows em todo o Brasil, e em palcos muito importantes como o Acampamento Terra Livre, que reúne todos os povos originários do Brasil, como o Festival Rock in Rio, no qual alcança pessoas do mundo todo. Importante ressaltar que apresentações e shows têm gerado impacto socioeconômico para as integrantes do grupo e da associação. Essa atividade é feita por muitas mãos. Além de quem se apresenta, toca e canta, há um envolvimento das mulheres que fazem os figurinos, as outras que produzem os adereços que utilizamos e até mesmo as responsáveis pela pintura corporal com o jenipapo, então é um fluxo econômico interno. Para além do cachê que cada uma das mulheres que se apresentam recebe, existe um cachê integral a mais que é destinado para a manutenção e apoio da associação, dos custos com a sede e também outras atividades desenvolvidas pela associação.

Ayla Tapajós

A partir do que Ayla ressalta, é nesse olhar que as Suraras do Tapajós mostram que cultura, economia e resistência caminham juntas. Por meio da música, do artesanato e da bioeconomia, reafirmam seu protagonismo, defendem seus territórios e inspiram a valorização da presença indígena na Amazônia.



"MULHER COCA" (PINTURA DE DAIARA TUKANO, NANQUIM SOBRE PAPEL, 2023).

Daiara Tukano

EXPERIÊNCIA SOBRE A MEDICINA DAS MULHERES GUAJAJARA

Marcilene Guajajara

Saindo do estado do Pará, chegamos ao Maranhão, terra de muitos povos e das mulheres fortes de canto e medicina. Mesmo que todas as violações sejam uma realidade nos territórios, as mulheres têm se colocado à frente da luta pelo bem viver e cuidado de corpos e territórios.

E é com este contexto que trago uma mulher aguerrida: Marcilene Liana Guajajara, pertencente ao povo Guajajara, da aldeia Maçaranduba, Território Carú, estado do Maranhão. Atua como coordenadora executiva da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima), ela também é agente indígena de saúde na comunidade Maçaranduba. Graduanda em Licenciatura Intercultural em Ciências da Natureza, dedica-se à coordenação da rede de mulheres indígenas do estado, desenvolvendo projetos voltados à medicina tradicional e à formação de parteiras, fortalecendo saberes ancestrais e o protagonismo feminino em suas comunidades.

Os Guajajara, são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Eles habitam mais de dez Terras Indígenas situadas na margem oriental da Amazônia, todas localizadas no estado do Maranhão. Sua história de mais de 380 anos de contato com os não indígenas é marcada por aproximações e recusas, submissões e revoltas, bem como por grandes tragédias. Um dos episódios mais marcantes foi a revolta de 1901 contra os missionários capuchinhos, que resultou na última “guerra contra os índios” registrada na história do Brasil. (Trecho baseado em entrevista com Marcilene Guajajara, 2024.)

Na nossa Amazônia profunda, a mulher indígena viva é fundamental na preservação da sociobiodiversidade e nos processos de cuidado e de manejo. A relação

entre as mulheres e a Amazônia é central, e é essencial destacar como elas, ao longo das gerações, têm vivas as ciências tradicionais e os conhecimentos ancestrais, principalmente na área da medicina indígena, que também é uma economia ancestral, partilhada de forma geracional entre as mulheres.

Se não tivermos saúde de qualidade, não temos como produzir a nossa economia ou acessar a economia nos nossos territórios. A nossa medicina indígena é uma ciência manuseada, na maioria, por mulheres mais velhas. Existem medicinas de cuidado no entendimento dos povos indígenas, em especial no povo guajajara, que têm processo de formação e acesso às medicinas naturais que fortalecem as pessoas para serem boas em determinadas funções no âmbito de hierarquias de mestres da medicina indígena. Na esperança de uma vida digna, sem violência e violações, convidei a Marcilene para nos honrar com essa partilha sobre a medicina indígena.

A liderança aceitou o convite para nos trazer este importante debate, diretamente dos territórios Guajajara:

– Eu acredito, Brau, que o nosso território hoje é como se fosse o nosso corpo. Se o nosso corpo não está bem, assim também o território; o território está muito degradado e muito destruído. O avanço de grandes empreendimentos, como o agronegócio, que vem se aproximando dos territórios, acredito que, se não tivermos uma boa consciência de manter aquele lugar, aquele território limpo, nossa medicina não existirá.

– Pois, se o nosso território estiver todo destruído, não teremos onde acessar o cuidado que temos. Para cuidar das nossas crianças, é daquele território que tiramos essa medicina, é onde nos formamos como pessoas e como mulheres, é onde realizamos a formação entre a gente, sobre esse conhecimento, essa ciência que poucos conhecem, mas que é importante para nós.

Marcilene Guajajara

Na entrevista concedida por Cíntia Guajajara, vice-coordenadora da Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA), ao Brasil de Fato em 2024, observamos como essas formações sobre a medicina indígena Guajajara acontecem diretamente nos territórios:

“A gente vem acompanhando, observando os processos desse conhecimento, desde os banhos, a importância da prevenção e da cura através das plantas medicinais, como o cumaru, a copaíba, a andiroba, a mucuíba, as raízes, as folhas,

as sementes, os óleos e os leites. Cada planta tem sua importância. Esse é um conhecimento milenar, um conhecimento ancestral que a gente não pode deixar perder, porque só vem a fortalecer a nossa saúde e a nossa medicina indígena". (Entrevista de Cíntia Guajajara ao portal Brasil de Fato, 2024).

Cíntia explica que as formas de repassar esse conhecimento acontecem naturalmente ao longo dos anos, por meio dos próprios rituais:

"A gente vem repassando para a juventude na prática, através dos cantos, dos nossos encontros e por prevenção mesmo. Quando a gente percebe os sintomas, a gente vem fazendo chás, xaropes, garrafadas, extraíndo óleos da natureza." (Entrevista de Cíntia Guajajara ao portal Brasil de Fato, 2024).

Mais do que uma prática, a medicina e rituais de cura estão ligados à identidade das mulheres indígenas e à preservação da natureza.

"A medicina indígena, a medicina tradicional, é importante para o nosso povo, para a nossa existência, para a nossa saúde, e traz uma qualidade de vida para nós. Isso é uma forma de cuidar que a gente vem passando para os nossos jovens, é uma forma de bem viver para o nosso povo", afirma Cíntia. (Entrevista de Cíntia Guajajara ao portal Brasil de Fato, 2024).

Nesse diálogo de valorização da ciência, Marcilene reafirma que esse conhecimento que elas têm foi transmitido;

– a ciência não é uma, não são duas, são várias ciências que a gente acessa. Então a gente sabe que a natureza, para nós, tem seu dom de cuidar por meio da medicina natural de cura.

– Então, se o nosso território estiver todo destruído, como vem acontecendo, se o nosso território está todo queimado, é como se o nosso corpo estivesse queimado. Dessa forma, nosso corpo não terá uma cura saudável. A nossa medicina pode curar, se ela estiver em território extenso e livre de tudo isso que falei, desmatamento, queimadas. Nosso sonho é que o rio siga bem preservado, a natureza bem preservada. Para nós, isso significa a cura da nossa alma, como mulheres indígenas.

– A medicina indígena tem papel fundamental no cuidado do corpo-território e na ciência das mulheres, porque temos plantas que são utilizadas especificamente para quando a mulher vai ganhar o bebê.

– Existem também remédios para cuidados coletivos, como para quando pessoas estão com mau-olhado, com muita energia carregada ou até mesmo espírito maligno. Essa planta, para nós, é muito valorosa, e assim acreditamos muito no papel fundamental na vida das mulheres indígenas, pois há plantas, árvores e raízes que só as mulheres podem utilizar.

– Por isso, a importância de conhecermos os nossos direitos para proteger nossas ciências. É importante sempre discutir esses direitos para que a nossa cultura seja sempre respeitada da forma que ela é para nós. Às vezes, parece um grande desafio porque nem todo mundo entende a importância de manter essa tradição. Acreditamos que essa ciência nossa é o que a natureza nos oferece e está no nosso corpo.

– A economia está no caminhar para dentro dos territórios saudáveis e saber onde está uma medicina de cuidado. Então, a economia indígena, para mim, é tudo aquilo que a natureza nos oferece, por exemplo, a nossa sociobiodiversidade presente.

“A economia está no caminhar para dentro dos territórios saudáveis” Marcilene Guajajara

– A mata nos oferece uma ciência carregada de ensinamentos, e precisamos enxergar a importância dela e como podemos aprender com ela. É de lá que tiramos a produção do nosso artesanato e material para fazer nosso cocar, nosso cordão e brincos.

– E de dentro dela também tiramos o nosso sustento, que a natureza produz, como o açaí ou juçara, como é conhecido pelos não indígenas. Precisamos de território com nascentes e rios limpos para que o açaí continue sendo nosso alimento. Sem território, a nova geração não saberá como tirar e de onde vem o açaí e sua história.

– A partir de ter um território, derrubamos espaços para nossa roça. Para nós, a mandioca é alimento que nos sustenta como seres humanos. Nas florestas e das árvores temos a copaíba, por exemplo, e tiramos óleo dela, que é transformado na nossa medicina e como fonte de renda para nosso povo e mulheres indígenas.

– Em alguns territórios, ter seu espaço, como território demarcado, é importante. Podemos dizer que a maioria dos povos indígenas só sabe se sustentar dessa forma, pois só fazem isso para sobreviver. Temos também uma árvore chamada

andiroba, cujo produto é extraído do óleo, que é muito bom. Então, tudo isso é economia, pois para nós a natureza oferece o material e a forma.

– Os povos indígenas têm sua própria economia dentro do seu território, e por isso é importante preservar a natureza e o território que temos, pois é dele que tiramos toda a sustentabilidade da nossa família e do nosso povo.

– A partir desse conhecimento importante, temos falado muito que não podemos deixar de utilizar nossas medicinas tradicionais e conhecer nossas ciências indígenas, que precisamos fortalecer nosso corpo-território e nossa aldeia, porque isso é uma forma de resistência, de estar sempre utilizando e valorizando a nossa medicina, que é produzida dentro do território e nas aldeias, com nossos pajés, parteiras e benzedadeiras. Isso é muito importante, mas também há muitos desafios.

– Nós, mulheres, somos guardiãs dessa ciência. É importante para nós acessar como proteger esse conhecimento milenar, que só através de muita luta preservamos diariamente contra os agressores da natureza, preservando rios, lagos e o conhecimento que só nós temos.

– O enfrentamento que vivenciamos e consideramos o maior desafio hoje é a utilização da medicina indígena, que em alguns lugares é pouco valorizada. Nem todas as pessoas têm conhecimento da importância do uso dessas plantas e dessa medicina; são poucas pessoas que têm esse conhecimento.

– Assim como outros povos, o nosso enfrentou a colonização e a imposição de pessoas de fora para não valorizarmos o que é nosso. Algumas comunidades e aldeias permanecem com esse nosso conhecimento sobre plantas medicinais e árvores, que são nossos pajés. Muitos de nossos pajés já estão indo embora.

– A nova geração pouco se interessa por aprender e nem todos têm vocação para seguir os conhecimentos, que muitas vezes causam medo, por conta do preconceito.

– Existem casos em que, ao ver uma pessoa em formação, há ameaças, pois existem lembranças através de narrativa contadas por não indígenas e principalmente pela colonização feita pelas igrejas que contam de que quem é pajé e sábio ou sábia das nossas ciências pratica o mal e pode estar trazendo coisas ruins para o território. Esse preconceito com nossa ciência não está superado e distancia os jovens do aprendizado. Consideramos isso uma violência. Muitos jovens não pretendem aprender com os mais velhos, embora incentivemos que nossa ciência indígena seja nossa e é diferente de precisar comprar uma dipirona, por exemplo.

– Quanto à repartição de benefícios, vejo que é um problema muito grande para os povos indígenas, principalmente aqui no Maranhão. Quando se fala em repartição de benefícios, quem está discutindo isso com o estado? Quando vem? Quem está ali para discutir? Para nós, é um desafio muito grande, especialmente para mim, enquanto coordenadora da organização indígena, e de estar tendo esse diálogo com os governos e o estado. Poucos têm conhecimento dessa pauta; precisamos avançar muito nela.

– Quanto à medicina indígena, esse é um processo trabalhoso e muito desafiador, porque o território nos presenteia com os produtos, mas ultimamente tem queimado muito a nossa mata.

– A maioria desses incêndios destrói também nossas medicinas, os lugares onde produzimos e coletamos nossos remédios tradicionais. Para nós, é um grande desafio, pois o fogo atinge as áreas de acesso à retirada e ao manejo das plantas medicinais. Muitos benzedeiros e pajés ainda produzem seus óleos, ervas e remédios tradicionais, e tudo isso está sendo colocado em risco. A sociobiodiversidade que lutamos para manejar e preservar vem sendo destruída pelas queimadas consequências diretas das mudanças climáticas e da chegada de invasores aos territórios indígenas. Esse é o nosso maior enfrentamento: ensinar aos não indígenas que precisamos de nossos territórios para viver, curar e manter nossos saberes.

– Nossa experiência com óleo de cannabis, remédio compartilhado entre famílias para algumas curas, ganhou espaço nas comunidades. A procura por esse óleo caseiro aumentou, pois pessoas não indígenas começaram a procurá-lo nas comunidades.

– Algo que era compartilhado apenas entre famílias vem sendo vendido para parentes e até fora dos territórios, assim como alguns óleos, como andiroba, copaíba e garrafadas.

– Nossa medicina sofre ameaça de existência. Às vezes falta chuva, o tempo mudou muito, às vezes há muito calor. Por exemplo, a “Uha ka’a”, encontrada nos brejos e beiradas, foi perdida ao longo do tempo por conta das mudanças climáticas. Desde muito atrás, as mulheres sempre compartilharam essas ciências de cuidado entre elas, que podemos chamar de economia de cuidado, indicando locais onde podem ser encontradas. Algumas plantas sobrevivem apenas com muita chuva, outras permanecem vivas mesmo com muito sol, mas nem todas aguentam; perdemos muito da nossa medicina.

“A medicina tradicional é, para nós, também uma forma de ter fonte de renda, através da sociobioeconomia presente na floresta” Marcilene Guajajara

– Porém, esse conhecimento tradicional que temos é algo que só os indígenas conhecem; ninguém mais tem esse conhecimento relacionado ao nosso conhecimento tradicional e à medicina tradicional. Existem medicações que só os pajés têm conhecimento; ninguém mais tem.

“A economia mais antiga das nossas mais velhas é ter um corpo saudável que dialoga com seres humanos e não humanos, que a natureza oferece” Marcilene Guajajara

– Sobre a manutenção da medicina, as mulheres têm trabalhado hoje para mantê-la viva dentro do território e da aldeia. Um exemplo é o enfrentamento à Covid-19, doença que veio de fora e foi muito forte.

– Dentro dos territórios, a utilização das nossas raízes e cascas de árvores teve papel fundamental para que não perdêssemos muitos anciãos, pois contribuiu para que a maioria dos nossos povos não fosse para hospitais ou se internasse. Desde então, falamos muito da valorização das nossas medicações e da importância da nossa ciência, porque é um medicamento extraído da própria natureza. É um remédio que também não apresenta efeitos colaterais, diferente da medicina não indígena, feita em laboratório. Existe uma procura muito grande, e temos falado muito sobre a manutenção e valorização, e a necessidade de continuidade do conhecimento que temos sobre essa medicina.

– Temos nossa própria tecnologia social de cuidado no preparo de remédios para nossos povos, pois, através da tecnologia, cuidamos e preparamos alguns produtos dentro dos territórios e nas aldeias.

– Também usamos tecnologia dos não indígenas para apresentar nossa medicina ao mundo e a outros parentes. Isso tem sido fácil e fundamental para colocar os produtos produzidos nas comunidades para que outros conheçam.

– Nosso maior desafio continua sendo o desconhecimento da sociedade e a falta de incentivo, principalmente por parte dos estados.

– O desconhecimento das pessoas é também racismo institucional, que faz com que nossa história, no papel, para outros conhecerem, seja diferente do que so-

mos. Esse silêncio e desconhecimento fazem com que nossa ciência não seja valorizada, pois há muito preconceito contra a medicina indígena.

– Por exemplo, principalmente nos hospitais, quando os indígenas vão a atendimento, precisam não de médicos brancos, mas de benzimentos ou visitas dos pajés, pois só eles entendem o que aquela pessoa tem.

“Nesses momentos, vemos que nossa medicina não é valorizada; esse preconceito que enfrentamos é um silêncio” Marcilene Guajajara.

– Quanto à economia, acho que a medicina não tem a mesma força que a economia padrão indígena, porque ainda enfrentamos muito preconceito em relação à medicina indígena. Existem questões de desvalorização e desconhecimento, mas também falta uma discussão séria e amadurecida. Parece que tudo é proibido para nós, que tudo impede, pois consideram mais a medicina produzida nas farmácias e laboratórios do que aquela que vem da natureza e do conhecimento indígena, porém pouco valorizada na relação com a economia.

– Acredito que as duas medicinas, a dos indígenas e dos não indígenas, deveriam andar juntas, pois ambas vêm da natureza e podem mudar tanto a economia quanto o entendimento de como duas medicinas são extraídas da mata, dos rios e da sociobiodiversidade, e podem produzir a economia do país.

– Falam da Amazônia, mas não dialogam com os que protegem a sociobiodiversidade da Amazônia. Nossa medicina tradicional Tenetehara é uma ciência indígena que dialoga com a conexão ancestral de corpo, mente e espírito das mulheres Guajajara. Temos nossa Cíntia, guardiã dessa ciência, que trabalha com grupo de mulheres. Não sabemos a quantidade exata de mulheres envolvidas, mas foi trabalhado no território, então não temos total certeza de quantas mulheres trabalham com a medicina indígena.

“Tivemos muitas perdas por conta do calor e da falta de chuva, mas a ciência da oralidade permanece viva e continuará sendo repassada até a última Tenetehara” Marcilene Guajajara

Marcilene traz em sua fala a afirmação que a ciência indígena só continuará viva enquanto tiver o entendimento de que as matas, florestas e rios são suas maiores vitrines de uma farmácia viva. Reafirmam a importância de seguir na luta pela proteção dos territórios, em nome daquelas que vieram antes. Destaca que a econo-

mia que elas constroem é uma economia de continuidade, marcada pelo cuidado com a terra. E deseja que as novas gerações possam acessar essa ciência do cuidado que vocês, mulheres, praticam desde que se entendem como pessoas.

“A economia que construímos é uma economia de continuidade, marcada pelo cuidado com a terra” Marcilene Guajajara



"MUNDO YEPÁ-MAHSÃ" (PINTURA DE DAIARA TUKANO, NANQUIM SOBRE PAPEL, 2023).

Daiara Tukano



"AMÔ NUMIÃ" (PINTURA DE DAIARA TUKANO, NANQUIM SOBRE PAPEL, 2023).

SEM FLORESTA E SEM DEMARCAÇÃO NÃO TEM BIOECONOMIA PARA AS MUNDURUKU

Beka Munduruku e Alessandra Munduruku

Saindo do Maranhão, voltamos novamente ao Pará. Mas, nesta etapa da nossa construção textual, queremos falar sobre referências de líderes. Quando se fala da Amazônia, é comum que, para os não indígenas, as primeiras imagens que venham à mente sejam de lideranças como o Cacique Raoni Metuktire ou Davi Kopenawa. No entanto, nós, mulheres indígenas do bioma Amazônia, enfrentamos diversas formas de invisibilização por meio da luta, para assim termos protagonismo e voz nos espaços.

Vivenciamos múltiplas formas de invisibilização em nossas lutas e seguimos batallando para ocupar espaços de fala, decisão e representatividade.

“Nossa presença também é liderança, é resistência, e precisa ser reconhecida como parte fundamental na defesa dos territórios e da vida” Braulina Baniwa

E é com essa abertura que trago para este diálogo duas mulheres que demarcam duas gerações de lideranças da Amazônia, nos espaços de reivindicações e continuação do fazer a luta pela demarcação de suas terras. Estou falando da grande líder Alessandra Munduruku e da jovem líder Beka Munduruku. São dois contextos que se alinham nas trincheiras de defesa de seus territórios.

Alessandra Munduruku é do povo Munduruku, do Território Indígena Sawré Muybu, no estado do Pará. É graduanda em Direito na UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), onde enfrenta o racismo por lutar pelos direitos de seu povo. É

idealizadora, diretora e coordenadora da Associação Pariri do Povo Munduruku, fundada em 1998 junto com seus anciãos e anciãs do Médio Tapajós, com o objetivo de lutar pelos direitos indígenas e pela melhoria da qualidade de vida nas aldeias, fortalecendo valores culturais, tradicionais e projetos de sustentabilidade. Alessandra é ativista, mãe de dois filhos e liderança comprometida com a defesa dos direitos humanos e do bioma amazônico, promovendo a sobrevivência física e cultural do povo Munduruku do Médio Tapajós.

Beka é também do povo Munduruku, da Terra Indígena Sawré Muybu, localizada no estado do Pará. É graduanda na Universidade de Brasília (UnB) e cofundadora do Coletivo Audiovisual Daje Kapap Eypi, que documenta a luta do povo Munduruku pela demarcação de seu território. O grupo, formado majoritariamente por mulheres jovens, utiliza os meios de comunicação e a tecnologia como importantes aliadas no processo de resistência, denunciando ameaças como a mineração ilegal, a extração de madeira e outros impactos ambientais.

As nossas duas porta-vozes neste trabalho, como puderam perceber, são integrantes do mesmo povo, o Munduruku, especificamente do Médio Tapajós, que vive entre os municípios de Itaituba e Trairão, sendo Itaituba o município de maior acesso, onde estão localizadas duas aldeias urbanas Munduruku: Praia do Índio e Praia do Mangue.

“A região onde vivemos tem se tornado, para o governo federal e para representantes do agronegócio, rota estratégica para o escoamento de commodities de soja e de outros grãos produzidos no Mato Grosso, que tem como destino os portos de Barcarena, no Pará. É nesse contexto de violações e ameaças que nós resistimos de todas as formas, seja protegendo a floresta com nossas fiscalizações por terra, seja pelo rio monitorando com as embarcações que temos” Alessandra Munduruku

Diante desse breve contexto de onde elas são, convidei a Beka, jovem recém-chegada à Universidade de Brasília, que está no primeiro semestre do curso de Comunicação Organizacional, para colaborar comigo neste trabalho. Além de entrevistar a Alessandra, ela também respondeu às perguntas feitas a todas as mulheres.

Beka se apresenta e fala sobre seu entendimento sobre a bioeconomia ou a sociobioeconomia:

— Sou a Beka, indígena do povo Munduruku, do estado do Pará. Para mim, a sociobioeconomia tem um papel muito importante dentro do nosso povo, especialmente para aquelas que trabalham com artesanato e com plantações na roça, que dependem muito da floresta para sua sobrevivência. Isso é muito importante para as mulheres que têm esse território como seu espaço de vida.

Beka Munduruku

A região do Tapajós é a que mais concentra garimpo ilegal em toda a Amazônia, segundo o ICMBio. Grande parte desses garimpos está dentro das terras Munduruku, e conforme indicam pesquisas recentes, a população indígena está altamente contaminada por mercúrio. Mas ainda há outros problemas relacionados a essa atividade. De acordo com reportagem publicada pela Agência Pública, uma ampla gama de doenças ligadas à poluição e destruição trazidas pelo garimpo ilegal se espalhou nas terras indígenas do povo Munduruku, no Pará, “como diarreia, coceira, gripe, febre, paralisia infantil e problemas cerebrais [...] além de confirmar contaminação generalizada por mercúrio” (MENDES, WENZEL e MONGABAY, 2025).

— A realidade não mudou desde então, por isso a necessidade de mostrar para o mundo que o garimpo está errado. A sociobioeconomia é o principal modo de viver no nosso território, uma fonte de sobrevivência, e a gente não depende somente do garimpo para sobreviver. Nós sempre tivemos o compartilhamento de produtos entre nós; a nossa comercialização se dá entre parentes, como forma de manter a ciência desse povo vivo.

— O povo Munduruku vive na Bacia do Tapajós sob intensa pressão de mega-projetos de infraestrutura, projetos de mineração, expansão da fronteira agrícola, além de enfrentar cotidianamente invasores, desmatadores, grileiros e garimpeiros. Como forma de organização da resistência, nosso povo conduz um amplo movimento que articula estratégias de ação para proteção dos territórios demarcados ou reivindicados em toda a bacia. Nos últimos anos, a presença das mulheres tem sido intensificada em todos os espaços de organização do nosso povo e, recentemente, lideranças femininas passaram a assumir a linha de frente dos enfrentamentos, que compreendem ações de vigilância, monitoramento e autodemarcação do território, pressão sobre o Estado e empreendedores, além da articulação com outras instâncias do movimento indígena. Em sua atuação, as mulheres iluminam a relação inseparável entre território e manutenção da vida, apontando para o avanço da expropriação capitalista como vetor de conflitos e violências.

Beka Munduruku

Segundo Beka, o garimpo tem impactado de forma profunda e negativa o território.

– *Com tudo isso que aconteceu, muitas mulheres deixaram de ter seu trabalho valorizado, e os danos causados pelo garimpo ilegal foram muito fortes em nossa região. Antes, o que era o meio de vida das mulheres foi sendo visto como algo sem valor; era assim que as pessoas da região pensavam sobre as coisas que vinham da terra.*

– *Então, o ouro está em todo lugar, e os trabalhos que as mulheres fazem, como a produção de artesanatos e a colheita da roça, foram desvalorizados. E as mulheres Munduruku têm muita dificuldade e conhecimento prático de como vender isso para fora, mas também porque é uma questão que seus produtos foram colocados como algo que não vale.*

– *Considero que é muito importante que as mulheres tenham os seus produtos no mercado e merecem que sejam valorizados nos espaços. Somente tendo isso que a gente pode mostrar para a sociedade e para o Estado que isso é de suma importância.*

– *Então acredito que tudo isso que acontece dentro do nosso território, que a gente tenha força de mostrar para fora, de como a gente é resistente e dizer que a gente não precisa desmatar, não precisa destruir igarapé, não precisa destruir os rios para a sobrevivência.*

– *Estamos no processo de ter o dinheiro e recurso em mão através das produções, e as mulheres produzem muito bem, elas vendem para quem quer comprar, que é um produto que é desvalorizado, um produto que é barato, e a gente hoje tem as tecnologias para divulgar isso.*

– *E temos impacto positivo do que acontece dentro do nosso território, que é tão forte, mas infelizmente não consegue chegar para fora, porque dentro do nosso território são aldeias, são lugares muito longe. Então, ainda não temos as pessoas que tragam todos os produtos que as mulheres fazem dentro do território para a cidade. Por conta da logística, isso é uma dificuldade que a gente vivencia.*

– *Por isso acredito que é importante seguirmos pautando e discutindo isso, sobre a valorização dos produtos das mulheres, e essa ciência do fazer das mulheres é importante ter continuidade, o que as mulheres não têm no Estado, que é ter espaço de escoamento.*

– As mulheres sempre estão na luta pela economia, na linha de frente de serem lideranças e guardiãs de conhecimentos indígenas. Sempre pensando na restauração e gestão territorial, dialogada com a soberania alimentar e plantas medicinais, que é através delas que cuidamos dos nossos corpos.

– Eu tenho certeza que o garimpo é um problema muito grande dos povos indígenas no Brasil, e como isso impacta sim a produção de artesanatos como, por exemplo, onde tinha material de produção foi destruído, onde se buscava semente, está escasso.

– O nosso sistema agrícola dentro do território passou por muitas mudanças com a chegada do garimpo. A gente viu isso muito de perto, quando o garimpo estava muito em alta, assim, violento, muitas lideranças receberam ameaças de morte. Então, tudo isso que acontecia dentro do território, fez com que a gente se preocupasse, e passamos a buscar solução para dentro das nossas aldeias. E nisso muitas mulheres acabaram ficando sem produzir os artesanatos.

– E essas coisas, até porque quando a gente estava dentro do nosso território no Alto Tapajós, quando os garimpeiros estavam dentro da aldeia praticamente, eles desvalorizaram muito isso, principalmente a produção nas roças, e não é à toa que hoje há muitas aldeias que não têm mais roças, porque não tem onde plantar.

– O espaço de abrir roça virou garimpo, e tem aldeias que hoje são um garimpo ou o garimpo está muito perto dos territórios, praticamente do lado. Então fica muito difícil de ter roça, isso dificultou elas de produzirem, e muitas aldeias passam fome por isso.

– O garimpo trouxe esses impactos que causaram esses danos que hoje não têm como reverter praticamente, porque são buracos e terras destruídas. Eu lembro que uma vez, na aldeia, as pessoas falavam que eles plantavam as roças delas para fazer farinha para vender, mas aí os garimpeiros chegavam, eles subiam à pé por dentro da aldeia e passavam pelas roças. Então, eles acabavam com as roças dos indígenas, e eles ficavam sem produção.

– Vender farinha entre os parentes é uma forma de acessar uma economia, e também era produzido para uma venda fora das comunidades, como nos municípios.

– Esse enfrentamento é uma realidade das pessoas que não queriam trabalhar no garimpo, então esse é um dos impactos que acontecem dentro dos territórios, principalmente enfrentado pelas mulheres que sobrevivem de seus trabalhos, que são retirados das florestas e onde também plantam suas roças.

“Hoje considero que é muito importante a gente falar sobre isso, porque além da contaminação, além da destruição, além da manipulação, o garimpo traz essa outra questão, de não querer que os indígenas produzam, porque eles querem que os indígenas trabalhem no garimpo” Beka Munduruku.

– *Parentes foram cooptados para serem trabalhadores no garimpo porque, muitas das vezes, as pessoas não tinham para onde ir. Então sem espaço para fazer roça e território para acessar material de produção de artes, muitas pessoas vão para o garimpo. Eles acabam indo para o garimpo e as mulheres tinham que ficar nas aldeias.*

– *Elas ficavam para que os maridos pudessem ir para o garimpo, pois não tinha outra coisa a fazer que pudesse ser um meio de sustento de suas famílias, ou seja, não havia outro caminho a não ser ficar dentro da aldeia e cuidar dos seus filhos enquanto os maridos estavam em outras atividades no garimpo. Isso foi impacto direto.*

– *Muitas pessoas e muitas mulheres não tiveram seus produtos valorizados nesse período caótico de chegada do garimpo. Foi aí que começamos a pensar na idealização da associação das mulheres em Jacareacanga, e logo inaugurada, com muitas artes das mulheres, muitos colares, muitos paneiros, essas coisas.*

– *A produção feita pelas mulheres e pela associação estava no auge, e muitas mulheres se sentiam com a retomada de valorização de seus produtos. Não sei se você sabe, mas enquanto elas imaginavam que as coisas estavam melhorando, a casa de produtos delas foi queimada com todos os artesanatos e artes dentro. Então, essa é uma coisa muito triste que acontece, o que aconteceu e ainda acontece dentro do nosso território. Então a gente acha que a gente poderia falar mais sobre esse espaço de mercado das mulheres indígenas no Brasil.*

“Precisamos de espaço que valorize nossos trabalhos como mulheres, não só na questão de produtos agrícolas, farinha e outros derivados da mandioca, mas também principalmente de artesanatos indígenas produzidos pelas mulheres indígenas” Beka Munduruku

– *Precisamos de espaço que agregue valor cultural e conte nossa história, pois muitos desses produtos têm significados diferentes, e quem compra, às vezes, não quer saber muito sobre isso.*

– Então vejo que precisamos aprender a colocar nossos valores a partir da nossa história nas nossas peças, como colares, pinturas e etc. A falta de espaço também faz com que a gente fique mais presa e não queira vender tanto. Porque os artesanatos, para nós, representam valores sagrados e não podem ser desvalorizados.

– Às vezes, isso acaba não incentivando a gente a querer vender para as pessoas, pois não têm todo esse cuidado com as peças feitas pelas mãos das mulheres, que acabam usando de qualquer forma. Isso faz com que a gente se sinta desvalorizado na nossa própria cultura e produção.

“Portanto, precisamos de um caminho e parceiros que entendam esse lado do cuidado que a gente toma ao usar cada peça. É tudo muito importante, e a nossa sociobioeconomia não é produzir como máquinas, mas é a forma do nosso sustento, que respeita o nosso dia a dia, principalmente das mulheres que produzem” Beka Munduruku

Os Munduruku estão situados em regiões e territórios diferentes nos estados do Pará (sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós), nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga, e, nesse trabalho, tive a felicidade de aprender com minha irmã de luta e referência para nós, dessa geração de mulheres na academia, a Alessandra Munduruku, no qual traz relatos importantes sobre a importância da economia Indígena para as mulheres, mas também fala dos desafios com o impacto do garimpo.

Alessandra se apresenta e logo traz sua visão sobre a bioeconomia ou sociobioeconomia:

– Meu nome é Alessandra Kura, eu sou coordenadora da associação indígena Pariri que representa 13 aldeias no Médio Tapajós no município de Itaituba até Trairão, e a gente tem trabalhado muito com as mulheres.

– Esse trabalho é voltado para o campo do artesanato. Bom, o que eu entendo de bioeconomia e sociobioeconomia é: a bioeconomia é quando você trabalha de forma muito individualista, na visão do não indígena. Como, por exemplo, a monocultura de açaí, você planta, você tem que desmatar para plantar vários pés de açaí, para produzi-lo e vender o açaí para uma pessoa ou duas.

– A sociobioeconomia é mais próxima da nossa realidade indígena e mais voltada para o coletivo. São produções que saem da floresta sem destruir, sem der-

rubar a floresta, que é o nosso caso, por exemplo. A gente trabalha, como povo Munduruku, muito com coco de tucumã. O tucumã serve tanto para a gente se alimentar, comer no café da manhã, é nosso alimento como povos indígenas, mas também é alimento dos animais. E sua semente vira arte nas mãos das mulheres.

“ Por isso, traz muita importância tanto para os animais quanto para a gente. E aí a gente usa ele no artesanato. Nossa especialidade é fazer os peixinhos, fazer tracajá, produzimos os anéis, e dá para fazer várias artes” Alessandra Munduruku

– E todas as artes do povo têm um significado. Por isso que nunca é igual. Então, para esse produto entrar no mercado, precisa ter cautela.

– Ainda estamos aprendendo a lidar com isso, mas é um desafio que estamos dispostas a encarar. Por exemplo, nós, mulheres, a gente não quer ficar rica, não. Queremos sim expandir no mercado, mas sem deixar de fazer nossas atividades do dia a dia, fazer a nossa luta. Porque muitas das vezes o mercado suga o conhecimento da gente. Ele acaba sugando o nosso conhecimento, porque os pariwat têm muita curiosidade: de onde vem, como fazem. Então o conhecimento vai todo para eles.

– Eles vêm, e muitas vezes a gente tem que falar sobre conhecimento tradicional, que é da mãe para o filho, do pai para o filho, do artesão para o artesão. Esse é o conhecimento que nunca vai morrer, porque ele está sendo feito ali com conhecimento tradicional, repassado para as futuras gerações.

– E aí entra a nossa parte da valorização dos conhecimentos. E se a gente valoriza o mercado demais, isso pode diminuir a valorização do conhecimento tradicional. Por isso muitas mulheres optaram por fazer parecer que não valorizam o artesanato. Mas a gente tem muito cuidado quando fala de valorização e de que tipo de mercado nós queremos entrar.

“ A valorização mostra que nós existimos, que o artesão está ali trabalhando no dia a dia, passando seu reconhecimento, mas tendo um retorno. Mostrando para a sociedade que não é só de ouro que se vive, é dos recursos naturais — que se vive — e que estão ali não só para nós, mas para outros seres. E não são para destruir” Alessandra Munduruku

– A árvore, na nossa terra, é para valorizar. A gente está valorizando o conhecimento tradicional, a nossa forma de ensinar, que é através do que a própria natureza nos oferece: que é a semente, é da semente, das folhas, dos caules, que tomamos para nós essa ciência milenar.

– É o que nos alimenta. Até mesmo os dentes dos animais viram nossos adornos sagrados de cuidado, mas que estão ali para gerar renda. Então, os dentes dos animais de que estou falando aqui são os que servem para remédio, nos protege da maldade. Pois a gente não fala só de mercado, porque ele acaba sugando, como já falei várias vezes. Aqui, nossas produções seguem no processo coletivo de cuidado nos territórios, com as mulheres e suas crianças.

– E aí a gente conseguiu mostrar que as mulheres, principalmente, estão mostrando para a sociedade que a gente não vive só de ouro, de garimpo, mas com o recurso natural que a natureza oferece. E também não vivemos só de crédito de carbono, que gera bioeconomia.

– A gente vive da nossa forma de vida, a vida que o nosso território nos oferece, que é dialogada com o conhecimento tradicional. E isso tem que ser muito mais valorizado, pois é a partir do nosso trabalho que a gente vem mostrando para a sociedade.

“Lutamos, mostrando que temos a natureza e que vivemos da natureza como algo de suma importância. Por isso, precisamos dela em pé” Alessandra Munduruku

– A importância de ela estar viva, para nós, significa nossa continuidade, a continuidade das nossas práticas e nossas ciências. Pois não adianta falar de floresta em pé se muita floresta foi queimada, foi jogado veneno. Ela está ali, mas já está morta, como é o caso do Rio Xingu.

– Tem muita floresta em pé ali, mas já está morta. Então, a gente quer a floresta viva. Floresta em pé, mas floresta viva.

– Falo isso porque é de lá que acessamos nossos remédios de cuidado. Então a gente valoriza o remédio, valoriza o cântico, valoriza a pintura e valoriza a artesanato. Estamos valorizando todo o ecossistema da natureza.

– Para nós, na nossa visão, isso é muito importante. E já me questionaram se nós não queremos entrar no mercado. E a gente fica preocupada com essa parte.

Muitos querem, mas existe uma preocupação: que o nosso povo não quer viver só de garimpo, não quer viver de crédito de carbono, não quer viver de mineração, não quer viver dessa forma.

– Então, acabo mostrando os coletivos que as mulheres artesãs têm, e que precisam sim de mais respeito e valorização tradicional, de como cada povo quer ser visto e vive no seu território.

“E muitos daqui, quando a gente fala de valorização, acham que valorização é só falar do artesanato. Mas precisamos falar da valorização da demarcação de terra” Alessandra Munduruku

– Precisamos atualizar nossos povos e falar sobre esses projetos de lei — a PEC 48⁴, a PEC 36⁵ — essas PECs que querem tirar o nosso direito. Caso essas PECs passem, como será a nossa vida nos territórios? Porque o meu trabalho não é só mostrar ao mundo o que a gente tem, mas como nossos direitos são violados e não têm valorização por parte daqueles que tiraram o nosso direito.

– Como é que o nosso artesão vai valorizar seu trabalho se estão tirando a própria autonomia, com esses casos de PECs contra os povos indígenas e seus territórios?

– São essas decisões que não respeitam o protocolo de consulta. E temos que sair do território para ficar na luta, luta, luta — na frente de tudo, o tempo todo. E a gente vê que o governo diz que quer ajudar de um lado, mas tira o direito do outro. Então, esse é um grande contraponto que estamos pensando. A gente não quer que tirem o nosso direito para colocar algo que não tem conhecimento tradicional.

– Então, quando falamos de sociobioeconomia e renda para as mulheres, estamos não só levando renda direta para elas, através de seus trabalhos, mas também fazendo incidência política e formação. Porque, para que seus produtos continuem existindo, existe a necessidade de terra demarcada e floresta em pé.

Alessandra Munduruku

A luta de Alessandra e Beka Munduruku evidencia que a demarcação de terras indígenas é essencial não apenas para proteger a floresta, mas também para garantir a autonomia e a valorização das mulheres em suas comunidades. Territórios demarcados permitem que práticas de sociobioeconomia, como a produção de artesanato e o manejo sustentável da floresta, continuem existindo, fortalecendo a cultura, os saberes ancestrais e a sobrevivência dos povos indígenas diante de ameaças como o garimpo e a expansão do agronegócio.

A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES YAWANAWÁ

Julia Yawanawá

Saindo do Pará, chegamos no Acre. O que mais diferencia esse trabalho é a possibilidade de ter vozes de gerações de diferentes territórios amazônicos, e poder ouvir as mães, netas e filhas daquelas nossas anciãs que, de diferentes formas, mantiveram nossas ciências vivas através de suas artes e da formação de gerações de mulheres que têm seus conhecimentos baseados no fortalecimento da identidade e do pertencimento na história milenar do seu povo. E que, no tempo contemporâneo, as netas e filhas dessas mulheres são hoje porta-vozes da diferença, que atuam em defesa dos corpos-territórios, dos corpos que desafiam a tradicionalidade em busca de renda para as mulheres nos seus territórios.

Figura 6

**Registros da Vivência Anual de Mulheres Yawanawá entre as Gerações
- Julia recebendo as mulheres do seu povo e convidadas no território**

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Júlia Yawanawá



Nesse sétimo e último texto, tive a felicidade de compartilhar uma mensagem de convite à minha parente Maria Júlia Yawanawá, por uma indicação da Concertação pela Amazônia. Sou da geração de mulheres que sempre ouviu falar muito das mulheres acreanas, embora ainda não tenha tido a felicidade de conhecer lá.

Deixe-me apresentá-la: Maria Júlia Luiza Kenemani Yawanawá é uma mulher indígena, conhecida entre os Yawanawa como Mani, filha de uma grande liderança de seu povo e irmã de outras 14 mulheres. Desde os 14 anos, atua como professora indígena bilíngue, além de ser artesã e coordenadora local do Projeto FARM + Rautihu.

Confesso que me sinto honrada com o aceite da Maria Júlia Yawanawá, que abri-lhantaré este caderno com sua participação, por onde vamos percorrer o território de trabalho dessas mulheres com quem ela atua, partindo do entendimento do que é economia no seu dia a dia, e para além disso.

Para iniciarmos esse diálogo, gostaria de situá-los sobre onde estão as mulheres Yawanawá. Assim como ocorre com outros povos da Amazônia, dificilmente encontramos nas literaturas escritas por não indígenas informações específicas sobre as mulheres. O que existe são relatos sobre o povo em geral, mas quase nada que trate diretamente da presença e da atuação das mulheres Yawanawá.

Os Yawanawá, cujo nome pode ser traduzido como “povo da queixada” (yawa = queixada; nawa = gente), integram a família linguística Pano e ocupam a Terra Indígena Rio Gregório. Nas fontes documentais, a denominação do povo aparece registrada com diferentes grafias: Yawavo, Yauavo, Jawanaua, Yawanaua e lawanawa. Neste texto, adota-se a forma “Yawanawá”, conforme empregada em cartilhas e materiais produzidos pelo próprio povo indígena (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2025).

A comunidade Yawanawá é, na realidade, um conjunto que inclui membros de outros grupos: Shawãdawa (Arara), Iskunawa (atualmente conhecidos como Shanênawa, moram em uma aldeia próxima à cidade de Feijó), Rununawa, Sainawa (conhecidos geralmente como Yaminawá e que moram na região do Bagé) e Katukina. Essa configuração é o resultado de uma dinâmica sociológica própria de muitos grupos Pano, alianças através de casamentos, raptos de mulheres no contexto de conflitos bélicos, migrações de famílias, e uma série de contingências históricas, especialmente as mudanças ocorridas a partir da chegada do homem branco, epidemias, alterações demográficas. Por meio desses processos, foram se incorporando pessoas de outros povos que mantiveram relações com os Yawanawá no passado.

Ao contrário do imaginário difundido na sociedade não indígena, que tende a imaginar os povos amazônicos vivendo em uma única aldeia ou maloca, os Yawanawá estão distribuídos ao longo do rio Gregório em diversas colocações. Essas colocações são pequenos assentamentos formados por uma ou mais casas e habitados por grupos familiares extensos. A aldeia Nova Esperança é hoje a principal delas e abriga a liderança do povo. Fundada em 1992, sua criação marca o abandono do antigo seringal Kaxinawá, área onde os Yawanawá viveram durante o ciclo da borracha, submetidos ao trabalho imposto pelos patrões seringalistas. A configuração e o tamanho de cada colocação variam conforme dinâmicas sociopolíticas: alianças, casamentos e eventuais conflitos podem levar à criação de novos assentamentos ou ao rearranjo dos existentes, moldando o território de acordo com os interesses e relações do grupo (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2025).

Na atualidade, o povo Yawanawá mantém suas ciências milenares e seus conhecimentos nas artes cerâmicas, desenhos, armas de madeira e cestaria. Essas práticas e saberes ficam nas mãos de poucas pessoas, fundamentalmente as mais velhas, se bem que existe um esforço recente para transmitir esses saberes às novas gerações. Destaca-se a diversidade dos desenhos corporais, muito utilizados na festa do mariri, que são feitos com urucum e/ou jenipapo, utilizando-se às vezes uma resina cheirosa para fixá-los à pele. Saias de palha de buriti, cocares de taboca desenhados e braceletes de palha são também utilizados como enfeites durante as festas rituais. Algumas pessoas ainda fabricam armas (lanças, arcos, bordunas, flechas e punhais utilizados tradicionalmente na guerra) feitas com taboca e madeira de pupunheira brava, e enfeitadas com desenhos, linha de algodão e penas de arara, tucano e papagaio, fundamentalmente. Enquanto o trabalho de armas é uma prática exclusivamente masculina, o desenho é uma atividade vinculada à esfera feminina, da mesma forma que a cerâmica e a cestaria. Os processos de elaboração de armas e cerâmica estão sujeitos ao cumprimento de diversos resguardos.

Entre os Yawanawá, as festas ocupam papel central na manutenção e no fortalecimento das relações sociopolíticas, tanto entre as próprias famílias quanto com outros povos da região. O termo *saiti* (derivado de *sai*, que significa “gritar”) é a palavra na língua Yawanawá utilizada para designar as festividades. Atualmente, também se usa o termo *mariri*, compartilhado com outros grupos indígenas, com o mesmo sentido. Uma das celebrações mais importantes é o *uma aki*, ou festa da caiçuma, que pode durar vários dias e costuma envolver a participação de visitantes de outras comunidades. Esse ritual é composto por diversas etapas, que podem ocorrer juntas ou separadamente em eventos menores, como brincadeiras, consumo e purgação da caiçuma, encenações de caráter guerreiro, danças e cantos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2025).

É a partir dessa narrativa que escuto atentamente a minha parenta, que é uma mulher de uma sabedoria e carrega na sua voz a ciência das suas, e a partir do seu trabalho está formando novas lideranças femininas em seus territórios. Ecoam suas vozes quando é convidada para eventos. Segundo ela, não gosta muito de dar entrevista, então aqui foi compartilhado um momento entre duas partes do Norte, em que o conjunto final desse trabalho é construído ativamente na escuta.

– Então Braulina, eu vou te contar um pouco da nossa experiência aqui, na verdade uma história, muito longa, que envolve muita coisa assim. Não sei nem por onde começar, mas meu nome é Maria Julia Yawanawa, em Yawanawa chama se Cicanimani, conhecida mais como Mani. Aqui na aldeia poucas pessoas me chamam de Julia, somente os Nawa (homem branco) que me chamam de Julia. Sou professora desde os 14 anos de idade, e continuo sendo até hoje. Eu sou professora responsável e acompanhei vários processos de mudança aqui dentro do nosso território, uma das coisas grandes que aconteceram na história da mulher Yawanawa.

– Nós sempre soubemos da nossa descendência ,quem eram nossos avós, quem foram as nossas mães. Essas mulheres sempre foram mulheres muito corajosas e trabalhadoras da agricultura.

Figura 7
**Registros da Vivência Anual de Mulheres Yawanawá
entre as Gerações**

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Júlia Yawanawá



Figura 8
**Registros da Vivência Anual de Mulheres Yawanawá entre as
Gerações, na casa de formação**

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Júlia Yawanawá



– As nossas grandes mães, que plantavam banana, mandioca, legumes, nunca nos faltou nada na nossa casa, era uma casa muito cheia de muita comida. Meu pai era um líder, depois do pai dele, do nosso povo, nome dele Raimundo Luiz, Kuikuro em Yawanawa. Ele casou com várias esposas e essas mulheres que cuidavam e gestaram várias lideranças na época delas.

– No nosso contexto histórico, foram essas mulheres que levantaram grandes homens. No passado, na época da minha mãe, minhas tias, minha avós e elas foram umas das maiores liderança na nossa história, tempo que não existia ainda essa palavra nos territórios, e essa palavra liderança ela surgiu agora.

– Mas no contexto da nossa história e no nosso convívio, da forma como a gente escutava sobre como ver uma grande mulher liderança, aquela que, sem saber ler e escrever, mas ela liderou mulheres com amor, respeito, generosidade na simplicidade, isso é o que movia essas mulheres. Naquela época da minha avó, era a generosidade, carinho e respeito que elas tinham uma pela outra.

– E ela conseguiu tornar meu avô um dos maiores líderes do nosso povo, porque era com essas mulheres que ela fazia todo o trabalho, de lá pra cá veio a minha mãe, minhas tias, que eram as esposas do meu pai.

– *Essas mulheres, que fizeram do meu pai uma grande liderança, uma casa sempre cheia de muita comida, pra nós aqui Yawanawa não existe liderança sovina e egoísta, ambicioso e ganancioso.*

– *Para nós, liderar casa e povo é diferente do entendimento dos não indígenas na definição de liderança. Porque no nosso entendimento liderar não é ser patrão, liderar é você ser seguida e as pessoas quererem ficar perto de você, elas se sentem seguras ficando perto de você, se sentem confortáveis perto de você, se sentem alegres na sua companhia. Então é diferente de ser patrão. Diferente de pagar muita gente para ficar do lado, porque tem todo mundo ali para ser pago, e minha mãe e minha tias sempre trouxeram e sempre acolheram as pessoas.*

– *Tornaram a liderança do meu pai, como umas das maiores do nosso povo. Nós somos 17 filhos, sendo que 14 são mulheres e 3 são homens. E meu pai sempre plantou no nosso coração essa mensagem de força, da coragem, do entendimento e do diálogo. Meu pai sempre olhou pra gente como pessoas importantes, mesmo não sendo homens, embora os outros diziam pra ele que a gente não merecia.*

Maria Júlia Yawanawá

A colonização no Brasil, que uma amiga indígena, grande intelectual Eliza Pankararu, diz que nós os povos indígenas ficamos com herança do patriarcado, a imposição das igrejas, nos fez acreditar que ter filhos homens era ser grandes homens, isso foi imposto aos povos indígenas desde a colonização.

A voz da Maria Júlia nos apresenta como os pais lideranças foram fortes contra essa imposição, mesmo com outros dizendo que ele não tinha sido abençoado. Porque, tradicionalmente, ser abençoado é quando se tem filhos homens. O pai da Maria Júlia teve muitas filhas mulheres. É uma exceção nesse mundo. Eu digo que ele nasceu com uma missão de mudar de história, história de nosso povo em relação à vida das mulheres.

Segundo ela, o pai dela nunca nos as enxergou como menores do que os homens:

– *Ele nunca olhou para a gente como incapaz de liderar, ele sempre dizia pra nós: “A força está no coração. Ela tá no amor, ela não tá no braço, ela não tá no grito, ela não tá no levantar faca. Ela está na voz, mas ela está no entendimento”. Então, ele sempre batalhou com isso pra fazer a gente entender isso.*

– *Em 2005, minhas duas irmãs tiveram vontade de conhecer espiritualidade. Até lá em 2005, a nossa vida era vida comum, a gente não tomava nii, a gente tinha*

a nossa vida. Nós plantamos roça, sempre fomos mães, a nossa vida era comum como qualquer outras indígenas. As mulheres não tomavam nii, não tocavam, não cantavam as mariris, somente as mulheres mais velhas faziam as cantorias da noite.

– E as minhas irmãs entraram para fazer uma dieta sagrada com os pajés, que causou impacto muito grande, que causou assim uma perturbação muito grande nos homens. Houve resistência de dizer que meu pai estava louco, pelo fato do meu pai fazer isso, para outros isso era uma vergonha, para eles as mulheres envergonhariam à espiritualidade, porque para os “homens” a mulher é fraca, mulher chora, mulher não fica longe de filhos. Eles colocaram todas as dificuldades para elas não entrarem.

– Mas elas entraram mesmo assim, com toda a resistência por parte dos homens, eu não poderia descrever como foi a histórias delas mas eu vou resumir dizendo que não foi fácil para elas ficarem longe dos seus maridos, suas filhas, longe de seus pais, estando sozinhas na mata passando fome, frio, medo e tudo que se pode passar por mais de um ano na mata tendo que tomar nii, que as pessoas não indígenas chamam de Ayahuasca.

– Nesse processo, elas tiveram o grande chamado. Através das dietas, começaram a mergulhar na espiritualidade dos pajés, foram descobrindo no processo de formação, vendo e trazendo, aqui para o mundo real, muitas coisas bonitas, as histórias das mulheres para chegar aqui e estar onde está hoje. Eu tô te contando isso, pois a história das mulheres, ela não veio em um estalar de dedos, ela não veio no passe de mágica, ela teve pessoas que deram suas vidas.

– Elas tiveram pessoas que nunca duvidaram das capacidades que elas poderiam ter, e houve muitas coisas transformadoras. A dona Xarros Yawanawa foi uma das mulheres que recebeu o dom das artes, de transformar tudo através de suas mãos. Ela trouxe os desenhos e deu espiritualidade às cores, deu brilho às músicas e seu formato. Foi ela que deu sentido a tudo isso, como se ela tivesse lapidado as pedras em uma música que não fazia sentido, ela tornou em uma melodia, transformou as palavras fortes de um pajé em melodia de uma canção que conecta as espiritualidade diretamente.

– Braulina, foram tantas coisas que eu queria te dizer, mas através deste desenhos, no final de 2014 no início de 2012 pra 2013, eu comecei a ter uma ideia.

– Olhando o processo que estava se passando com força das mulheres, passei a acreditar que os desenhos podiam ir para miçangas, e as mulheres começaram a trabalhar, e ainda grupo pequeno e era muito poucas as artesãs mestras.

– Então, a gente começou a trabalhar, com os desenhos que chamamos de *irautes*, que são desenhos e as pinturas *irautes*, que para nós Yawanawa esses desenhos são como uma proteção.

– Os *irautes* são como uma proteção que nos protege das doenças de mau olhado e de espíritos ruins, que na floresta nós não temos só coisas boas, nós temos espíritos ruins. Então, os *irautes* trazem o sentido de proteção, de você vestir sua melhor roupa para atrair coisas boas, e os *irautes* são os desenhos. Que os não indígenas chamam de acessórios, que também os brincos, colares, tiaras e pulseiras. No final de 2014, eu senti uma vontade muito grande de reunir aquele trabalho que as mulheres faziam, que tinha poucas visibilidade,; a nossa aldeia não tinha, não tinha muita visitante e eu comecei pensar e surgiu assim uma faisquinha no meu coração eu disse: “Eu acho que muitas pessoas gostariam de usar”.

– Esses *irautes* que são a nossa proteção, são tão lindos e têm significado tão importante, pois tratam de uma história de uma espiritualidade feminina, que traz a beleza, que traz a proteção e tanta coisa boa.

Figura 9
Registros da Vivência Anual de Mulheres Yawanawá entre as Gerações, casa de formação

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Júlia Yawanawá



– *Então eu comecei a trabalhar, comecei a acreditar, e fomos reunindo todos os Irautes, e produzimos e quem sabe a gente encontra um comprador; No final de 2014 nós ficamos com todos Irautes presos sem comprar, sem comprador, nenhum lugar até o final de 2015.*

– *Mas nós não desistimos, No final de 2015, encontramos comprador e aí começa todo esse processo de gerar economia para as mulheres e tanta coisa aconteceu. Mas, até 2015, os homens não acreditavam que esse trabalho fosse capaz de mudar as vidas das mulheres.*

– *Muitos homens impediam suas esposas de produzir, muitos homens não gostavam quando as mulheres estavam ali sentadas fazendo as pulseiras, a tiara, o colar, havia um preconceito muito grande, machismo indígena mesmo.*

Maria Júlia Yawanawá

“A valorização do trabalho das mulheres como artesãs não foi imediato, contudo. Muitas relatam a forte resistência inicial dos homens à dedicação das mulheres a um “novo” trabalho, que exigia tempo e dedicação. Nesse início, o tempo despendido no trabalho da miçanga era muitas vezes visto pelos maridos como “perda de tempo” em relação ao cumprimento das atribuições costumeiras das mulheres. Hoje, achando graça, as mulheres relatam episódios dos maridos que jogaram miçangas e peças fora, davam apelidos às mulheres e ameaçavam arrumar outra mulher que pudesse dar conta das tarefas da casa. O gradual empoderamento das mulheres em suas casas e nas aldeias foi em boa parte resultado da renda e do poder de compra gerados pelo “trabalho” no artesanato. Hoje, os homens valorizam a atividade artesanal das mulheres, cooperam, engajam-se mais no cuidado das crianças e nas atividades domésticas, abrindo espaço para que elas se dediquem ao seu trabalho (JULIA, entrevista citada em RICARDO; KLEIN; SANTOS, 2023, p. 556).

– *Acredito que o que acontece com meu povo, acontece com todos os povos, mas a gente não desistiu e esse trabalho foi transformador. Hoje nós temos maridos parceiros, companheiros, existe uma outra realidade, sabe?*

– *A realidade das mulheres Yawanawa, considerando esse tempo de 20 anos, parece que a gente está contando outra história que não é mais. Os cuidados, hoje temos outra realidade e o que nós temos hoje pelos nosso marido não é nada parecido com que acontecia há 20 anos.*

Figura 10
**Registros da Vivência Anual de Mulheres Yawanawá entre as
Gerações, diálogo e escuta entre as mulheres.**

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Júlia Yawanawá



– *Esse trabalho da gente começou a expandir para fora do Brasil, até chegar numa empresa, e essa empresa soube do nosso trabalho e quis uma parceria e essa parceria veio no final de 2017 e dura até hoje.*

– *Realizamos com a FARM um trabalho lindo e esse trabalho é um trabalho de Deus, porque ele trabalha com as mulheres mais humildes. Eu sigo acreditando que, de todo o trabalho que nós podemos ter com o nosso povo, esse é o mais lindo.*

– *Esse trabalho envolve e a gente trabalha com as mulheres de todas as aldeias. Mulheres, mães, agricultoras que fazem desse trabalho um trabalho tão especial. Quando eu nas casas das mulheres, eu vejo o quanto elas têm esperança, o quanto elas estão produzindo. Isso não tomou nosso tempo, a gente consegue levar isso no nosso dia a dia, nós criamos nossas galinhas, fazemos nossas hortas, temos nossa roçados, fazendo nossas festas e mesmo assim a gente ainda tem tempo para produzir.*

– *Então, hoje, as mulheres têm esse poder na mão, o poder está no fazer o que a gente quer e o que a gente gosta. Esse trabalho vem fortalecendo ainda mais a*

nossa identidade e os nossos desenhos sem precisar ir pra cidade, sem precisar fazer outro trabalho que a gente não se identifica como, por exemplo, muitos Nawa já pediram para fazer grande plantação de banana para poder vender na cidade.

– Esse trabalho não se compara e a gente segue produzindo artes e, com isso, vem fortalecendo a nossa capacidade de fazer a diferença na economia dentro das nossas casas. Braulina, esse é o trabalho que eu faço hoje com as mulheres. É um trabalho muito lindo e eu nunca imaginei que ele pudesse ganhar essa proporção, mas tudo o que eu pedi a Deus.

– Hoje esse trabalho é reconhecido e vestido por muitas pessoas no Brasil e no mundo. Sempre idealizei que o trabalho delas pudesse ser reconhecido e, melhor de tudo, que elas possam produzir, que fortaleçam ainda mais a nossa identidade junto com as nossas filhas, com nossos esposos e com nossas mães e com nossas netas e com nossas sobrinhas e com as nossas noras. É um trabalho muito lindo, muito mesmo.

– A parceria com a FARM está ancorada em um fluído e construtivo ambiente de diálogo, negociações e a construção de consensos, com papel ativo da Associação Sociocultural Yawanawá (ASCY), da coordenação local e da empresa, que tem garantido a governança do projeto, a gestão de visões e interesses e o concreto equacionamento de desafios comuns de distintas ordens. É de se destacar a postura de abertura e de escuta da FARM desde os primeiros entendimentos, sua flexibilidade nas negociações e seu respeito com as visões e demandas dos Yawanawá e da Ascy, sua organização de representação. Postura essa que tem incluído temas relacionados aos padrões e desenhos de estampas e peças e ao uso e tratamento de desenhos, imagens, cantos e marcas em materiais de comunicação e, num contínuo processo de cocriação, respeitoso aos direitos Yawanawá e atento a obrigações com a empresa estabelecidas em contrato.

Maria Júlia Yawanawá

A Amazônia, contemporânea, na voz da Maria Julia, nos leva a conhecer e nos mostra como a ciência do fazer arte e ressignificar a história indígena, no sentido dado a cada história de um povo.

Aqui conhecemos como as mulheres se organizaram a partir de um chamado espiritual das mulheres que desafiaram o mundo masculino, que trouxe a bioeconomia que não está dentro das florestas como é conhecido tradicionalmente as produções indígenas da Amazônia. Mas iniciada a parte de cores e desenhos sagradas que foram visualizadas pelas mulheres que tiveram oportunidade de ser as primei-

ras mulheres pajés, materializadas nos colares e tiaras, e na atualidade estampadas nos vestidos da FARM.

A ciência dessas mulheres é diferente daquela de outros produtos que conhecemos ao longo desse trabalho. Ela nos leva a viajar no mundo espiritual, a entender como é importante respeitar e atender o mundo físico com generosidade para esse saber dialogado com a identidade cultural, continuando a respeitar o corpo e a vida das mulheres do povo Yawanawá.



"A GRANDE AVÓ DO UNIVERSO" (PINTURA DE DAIARA TUKANO, NANQUIM SOBRE PAPEL, 2023)

Daiara Tukano

Caminhos da Bioeconomia entre as mulheres indígenas da Amazônia

Quando gritamos em dezembro de 2022 na nomeação da liderança Sonia Guajajara para Ministra dos povos indígenas, “nunca mais um Brasil sem os povos indígenas e sem as mulheres indígenas nos espaços de discussão”, o processo é de humanizar a sociedade brasileira e o mundo, no sentido de que os povos indígenas merecem respeito.

Nesse processo de escrita do caderno, pude perceber o quanto precisamos aprender com as mulheres e suas lutas. Existe esse termo "Bioeconomia", mas é a Sociobioeconomia que é próxima das nossas realidades coletivas.

O acesso à economia é traduzido na manutenção das nossas ciências, que passam pelas gerações de mãos das mulheres e suas filhas. Isso nos mostra o quanto chamá-las de guardiãs é muito pouco diante do que elas merecem.

São elas que me dão o sentido do esperar, de que a Amazônia é um mundo para ser respeitado. Merece, sim, atenção, mas no sentido de que dentro dela existem pessoas humanas e não humanas que ambas estão relacionadas, e como as florestas são parte desses corpos que as gerações, os povos e as mulheres têm protegido.

Esse trabalho me levou para diferentes mundos e ciências. Somos nós, as pesquisadoras indígenas e não indígenas, que precisamos fazer valer essa voz que merece respeito na sua diversidade.

“A floresta é uma mulher que alimenta, ela forma e nos permite crescer como pessoas. É ela que nos sustenta e salva o ar que respiramos” Braulina Baniwa.

“A economia do tempo, a economia do cuidado e a economia da continuidade, aprendemos com as nossas mais velhas, no caminhar da roça dentro das florestas, no remar dentro dos rios e hoje no caminhar das universidades como pesquisadora, demarcando a existência de ciência indígena na produção de conhecimento” Braulina Baniwa.

É justo para que outros saibam a importância da floresta em pé para as mulheres. Sem nossos territórios demarcados e reconhecidos, não temos remédios, não temos artes para produzir, não teremos mais colares de semente, não teremos mães que recebem cuidados pós-parto, não teremos mais crianças indígenas saudáveis.

Para nós, a floresta nos conecta, nos cuida e cura nossos processos de existência como seres humanos!

Notas

1. É muito obrigado na língua indígena Baniwa
2. <https://coiab.org.br/>
3. A palavra “Carimbó” vem do termo indígena “curimbó”, que se refere ao tambor usado na dança, evidenciando a forte influência indígena nesta expressão cultural. O Carimbó é uma manifestação cultural que envolve dança e música, tradicionalmente encontrada na região amazônica, especialmente no estado do Pará.
4. Trata-se de uma Proposta de Emenda à Constituição que propõe alterar o §1º do art. 231 da Constituição Federal para instituir o marco temporal como critério para demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas
5. A Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2024 propõe alterar o art. 231 da Constituição Federal, de modo a garantir aos povos indígenas o direito de exercer quaisquer atividades produtivas em suas terras, inclusive por meio de arrendamento, caso desejem.

Referências Bibliográficas

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. Povo Yawanawá celebra sucesso do primeiro encontro das mulheres Yawanawá na Aldeia Mutum. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/povo-yawanawa-celebra-sucesso-do-primeiro-encontro-das-mulheres-yawanawa-na-aldeia-mutum/>>. Acesso em: 21 out. 2025.
- ALDEIA DA VIDA. **Pinturas corporais indígenas**: expressão espiritual. Disponível em: <<https://www.aldeiadavidaoficial.com/post/pinturas-corporais-indigenas-expressao-espiritual>>. Acesso em: 08 out. 2025.
- ALVES, Hellen Virginia da Silva; SILVA, Maria Liziane Souza; TUPARI, Maria Leonice. **Os desafios e conquistas da Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR**. Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/>>. Acesso em: 15 set. 2025.
- ANDRADE, José A. A. D. “**Tudo pra onde eu chego tenho minha casa**”: mobilidade, parentesco e territorialidade Sateré-Mawé entre cidades amazônicas. 350 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil**. Brasília: APIB, ago. 2021.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE (ANMIGA). **Manifesto das primeiras brasileiras, as originárias da Terra**: a mãe do Brasil é indígena. 2021. Disponível em: <<https://anmiga.org/marcha-das-mulheres>>. Acesso em: 11 out. 2025.
- ASSOCIAÇÃO DAS GUERREIRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA. **Sítio eletrônico**. Disponível em: <<https://associacao-das-guerreiras-indigenas-de-rondonia.webnode.page/>>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BANIWA, Baulina Aurora. **Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados**. Vukápanavo: Revista Terena, v. 1, n. 1, p. 165–170, s.d.
- BRASIL. **Decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024**. Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 06 jun. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12044.htm>. Acesso em: 04 nov 2025.
- BRASIL DE FATO. **Conheça a cura ancestral pelas mãos de mulheres indígenas no Maranhão**. Momento Agroecológico, podcast, 4 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/podcast/momento-agroecologico/2024/04/04/conheca-a-cura-ancestral-pelas-maos-de-mulheres-indigenas-no-maranhao/>>. Acesso em: 11 out. 2025.
- CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira**. Brasília: ISA, 2009.
- CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; ALVES, Fernando Casqueiro. **Mineração em terra indígena e o estado de coisas** inconstitucional: aspectos jurisprudenciais, conflitos e (in) segurança dos povos indígenas. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 15, n. 3, e279, set./dez. 2024. DOI: 10.7213/revdireconsoc.v15i3.30135.
- COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA - COIAB. **Sítio eletrônico**. Disponível em: <<https://coiab.org.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- COSTA, Francisco de Assis. **Elementos para uma economia política da Amazônia**: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. 1. ed. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas no Brasil**. 2025. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org>>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- LOPES, Cristina L.; CHIAVARI, Joana. **Bioeconomia na Amazônia: análise conceitual, regulatória e institucional**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative/Projeto Amazônia 2030, 2022. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Bioeconomia-na-Amazonia-1.pdf>>. Acesso em: 04 nov 2025.
- LORENZ, Sônia da Silva. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.
- MENDES, Karla; WENZEL, Fernanda; MONGABAY. **Problemas causados pelo garimpo na terra Munduruku seguem até hoje**. Agência Pública, 7 jul. 2025. Disponível em: <<https://apublica.org/2025/07/problemas-causados-pelo-garimpo-na-terra-munduruku-seguem-ate-hoje/>>. Acesso em: 04 nov 2025.
- MOLINA, Luísa Pontes. **Terra, luta, vida**: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- NOBRE, C.A. et al. (2023) **Nova Economia da Amazônia**. São Paulo: WRI Brasil. Relatório. Disponível online em: www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia <<https://doi.org/10.46830/wriprt.22.00034>>.
- REDE ARTESOL. **Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé**. Disponível em: <<https://redeartesol.org.br/rede/associacao-das-mulheres-indigenas-satere-mawe/>>. Acesso em: 02 out. 2025.
- RICARDO, Fany; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos (ed.). **Povos indígenas no Brasil**: 2017/2022. 2. ed. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental (ISA), 2023.
- SURARAS DO TAPAJÓS. **Perfil do Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/surarasdotapajos/>>. Acesso em: 20 set. 2025.
- TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Índia Yawanawá vence preconceito e faz revolução feminina na floresta. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/en/noticia/143978>>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA (org). **BIOECONOMIA indígena: saberes ancestrais e tecnologias sociais**. São Paulo: Arapyaú, 2024. (Cadernos da Concertação, 3).



Uma
CONCERTAÇÃO
pela Amazônia

978-65-987976-2-1

